



# Democratizar a comunicação

## Editorial

Nos últimos meses, a mídia nacional tem noticiado periodicamente a sua própria “crise” e reivindicado auxílio governamental, na forma de verbas públicas, financiadas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O episódio motivou manifestações da sociedade civil, sintomaticamente ignoradas pelo noticiário. Para a cessão do dinheiro público, ela reclama contrapartidas, reabrindo o debate sobre o controle público dos meios de comunicação, sobre a democratização da comunicação. Quanto ao governo, ele prefere tratar do assunto a portas fechadas e como uma mera operação bancária. A sua inaptidão para o debate democrático e transparente na área da comunicação foi o mote inspirador desta edição. Dela emerge a evidência de que as palavras “democratização da comunicação” são incômodas aos dirigentes nacionais, porque não compreendem as suas dimensões estratégicas para o

País, nem parecem dispostos a compreendê-las. Isso fica evidente nas entrevistas do jornalista Celso Schröder, coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e do professor doutor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília, estudioso das políticas de comunicação. Mas os entrevistados também ressaltam que essa dificuldade é histórica, conduzindo a outra constatação, também incômoda: o despreparo teórico das universidades para contribuir com a formulação de políticas públicas de comunicação. Esse fato destaca-se nas entrevistas do pesquisador argentino Guillermo Mastrini, da Universidade de Buenos Aires, e da professora doutora Regina Festa, da Universidade de São Paulo (USP), atualmente trabalhando em um projeto de inclusão digital, desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A necessária regulamentação da comunicação, especialmente a partir do advento das novas tecnologias, é sinalizada pela inglesa professora doutora Robin Mansell, da London School of Economics, e defendida convictamente pelo professor Laurindo Leal Filho, da USP, integrante da ONG TVer. No rol dos nossos entrevistados, está também o jornalista norte-americano Norman Solomon, respeitado crítico da mídia.

Ao abordar este tema tão importante, esperamos estar proporcionando informações e interpretações úteis a todos. Boa leitura!

## O ESPONTANEÍSMO BUROCRATA DESPREZA O PAPEL FORMADOR DA COMUNICAÇÃO

### Entrevista com Celso Schröder

*Na opinião do jornalista Celso Augusto Schröder, coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), os governos tratam a comunicação de maneira “administrativista” e burocrática – característica mantida pelo governo Lula. Deixando-se envolver pelo espontaneísmo do mercado, a burocracia governamental termina por desprezar as possibilidades de impor um controle público sobre a comunicação e de explorar as suas potencialidades humanizadoras. Celso Schröder também é secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Foi presidente, por duas gestões, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Rio Grande do Sul. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS e professor do Curso de Jornalismo da mesma instituição onde se graduou*

**IHU On-Line – O FNDC define a comunicação social como um elemento estratégico para o País e luta pela sua democratização. Quais são os pressupostos do atributo “estratégico” e o que é “democratizar” a comunicação?**

**Celso Schröder** – O Fórum é uma entidade civil, sem fins lucrativos. Foi fundado em 1991 e reúne várias e importantes entidades da sociedade civil e dos movimentos organizados. Podemos dizer que já temos um bom acúmulo nos debates e propostas sobre a comunicação social. O FNDC começou rompendo com a visão messiânica e finalística da luta pela democratização. Nós a consideramos um processo praticamente interminável, devido ao caráter dinâmico do desenvolvimento dos meios de produção, da tecnologia e da correlação das forças políticas. Ela não pode ser confundida como eventuais demandas corporativas, deve ser compreendida como uma luta pelo exercício pleno da cidadania. Não basta denunciar o quadro de exclusão e manipulação existente nos meios de comunicação de massa. Precisamos construir gradativamente uma nova realidade. Ela deve ser transformada desde já, por isso precisamos de políticas públicas de comunicação. Essa luta é estratégica porque, cada vez mais, a comunicação social exerce determinações sobre a cultura, a política e a economia.

Essas formulações resultam de um longo e profícuo debate estabelecido entre dezenas de entidades da sociedade civil, que integram o FNDC. Detalhadamente, podem ser consultadas no nosso site [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)

***IHU On-Line – O FNDC defende o “controle público” da comunicação. Como ele se processaria?***

**Celso Schröder** – O controle público é inseparável da democratização e se expressa através de políticas que ampliem o acesso à propriedade dos meios de comunicação, que criem mecanismos de regulação desses meios, que dêem trânsito às demandas da sociedade civil e dos setores organizados da sociedade. Precisamos de instrumentos institucionais e políticos com funções de avaliação, fiscalização, crítica, acompanhamento, dissuasão, contra-argumentação. Isso não pode ser confundido com censura. Precisamos construir conceitos regulatórios, reconhecendo a diversidade de valores culturais, étnicos, ideológicos. Precisamos construir instituições que trabalhem esses conceitos, dentro ou fora do Estado, reconhecidas ou não por ele. Isso é indispensável para estabelecermos relações democráticas e plurais, e assim equacionarmos as questões referentes ao controle e à democratização. E não podemos esquecer que, nas determinações que a comunicação impõe sobre a sociedade, destaca-se a extraordinária influência sobre a cultura. Uma sociedade que não controlar os seus meios de comunicação de massa perde o controle sobre a sua própria cultura. Nesse caso, o grande inimigo a ser enfrentado é a lógica da mercadoria. A coisificação da realidade humana e da essência humana, produzida pela lógica da mercadoria, deve ser refreada com medidas de controle público. Aos governos cabe criar políticas que amparem essas medidas.

***IHU On-Line – Como os governos têm recebido essas demandas?***

**Celso Schröder** – Os governos, em geral, tratam a comunicação de maneira “administrativista” e burocrática. Procuram desconhecer ou desbordar as suas dimensões políticas e estratégicas. Historicamente, obtivemos algumas vitórias importantes, como a Lei do Cabo<sup>1</sup> e o Conselho de Comunicação Social<sup>2</sup>. Às vésperas da posse do governo Lula, encaminhamos aos futuros governantes uma proposta de política pública de comunicação social<sup>3</sup>. Em síntese, propusemos o redimensionamento do Ministério das Comunicações, que passaria a ser um centro de gestão e formulação de políticas de comunicação; propusemos medidas para enfrentar a espontaneidade que caracteriza a estruturação do mercado e dos sistemas de comunicação social; sugerimos medidas para o desenvolvimento da cultura através da comunicação social;

---

<sup>1</sup> Lei nº 8977, de 06-01-95. Conhecida como “Lei do Cabo”, resultou de um debate protagonizado pelo FNDC, por representantes das empresas de comunicação, parlamentares e o Executivo. Regula as operações da TV a cabo e é considerada uma das legislações mais avançadas do mundo, para o setor. Entre outras determinações, criou os canais de utilidade pública (legislativos, educativos, universitários, comunitários), impondo às empresas a transmissão gratuita do conteúdo desses canais. As tevês do Congresso, por exemplo, que transmitem as sessões e reuniões das casas parlamentares, resultam dessa legislação. Sintomaticamente, como registram os anais dos debates e os documentos do FNDC, os parlamentares foram inicialmente contrários à transmissão das sessões, por temor à opinião pública (Nota do **IHU ON-Line**).

<sup>2</sup> O Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar e consultivo do Congresso Nacional, criado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 224. É composto por 13 membros, representantes das empresas de comunicação dos trabalhadores do setor e da sociedade civil. Sua criação foi sugerida pelo FNDC, a partir de uma proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Foi regulamentado pela Lei 8389, de 30-12-91. Sua instalação ocorreu em 25-06-02, tendo sido protelada por 13 anos, devido à resistência dos parlamentares ligados às empresas de comunicação (Nota do **IHU ON-Line**).

<sup>3</sup> O documento foi entregue aos coordenadores da campanha de Lula em junho de 2002 (Nota do **IHU ON-Line**).

sugerimos medidas de capacitação da sociedade e dos cidadãos para o conhecimento e a ação nos assuntos de comunicação social. Este ponto, especialmente, é muito importante. É preciso, por assim dizer, alfabetizar audiovisualmente a população, para que ela compreenda a linguagem e os artifícios editoriais e estéticos presentes nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação.

***IHU On-Line – As posições do FNDC têm um perfil tipicamente institucional e se contrapõem às posições como as defendidas por Noam Chomski, Norman Solomon e Ignacio Ramonet<sup>4</sup>, ou podem ser conciliadas?***

**Celso Schröder** - Elas têm uma ponta de unidade, que é a de identificar, na mídia, uma dimensão política que exige a sua civilização, por assim dizer. A mídia deve ser amplamente democrática, considerando que é formadora de consciências. A mídia é cada vez menos neutra e cada vez mais potente, e precisa representar a pluralidade da sociedade. Esse é o nosso ponto em comum. Esses intelectuais militantes apresentam uma inflexão de denúncia, legítima, interessante, e reúnem dados fortes e organizados. O que nos diferencia é a ausência, neles, de políticas concretas, de movimentos concretos. O que se faz a partir disso? Qual é o projeto de comunicação para o Brasil? Para as nações latino-americanas? Para os países centrais? Quais as incidências na cultura? Como trataremos as grandes redes nacionais? Vamos acabar com elas? Democratizá-las? O que significa isso? Vamos construir fortes alternativas regionais? Como se constitui uma organização de rádios comunitárias também democratizadas? Tudo isso exige uma complexa e difícil arquitetura de grandes políticas. O diagnóstico de situações antidemocráticas precisa ser feito, claro, mas de alguma maneira isso já está sendo feito há anos. Agora, precisamos de esforços que proponham soluções.

***IHU On-Line - Redes alternativas de comunicação como as organizadas na Venezuela, para enfrentar os meios conservadores, em defesa do chavismo, não caracterizam uma política de comunicação?***

**Celso Schröder** - Acho que é um esboço de política que nasce inspirada nas proposições de intelectuais como Ramonet. Trata-se de uma situação excepcional: lá ocorre praticamente uma “guerra civil” na comunicação, a comunicação privada está absolutamente partidarizada, os movimentos populares reagiram, buscando alternativas de comunicação. Mas isso é uma tática de enfrentamento, legítima, para um caso específico. Não é uma política de comunicação democrática propriamente dita.

***IHU On-Line – Há exemplos internacionais onde possamos buscar referências para uma política de comunicação democrática?***

---

<sup>4</sup> Noam Chomski e Norman Solomon são norte-americanos. Ambos são críticos da mídia. Do segundo, leia a entrevista que concedeu para esta edição do nosso boletim. Chomski estuda as relações da mídia com o poder. Seu último livro de (que é também um reconhecido lingüista) publicado no Brasil chama-se ***Contendo a democracia***. Rio de Janeiro: Record, 2003. Ignacio Ramonet, é professor, jornalista e escritor. Leciona Teoria da Comunicação na Universidade Denis-Diderot de Paris; é diretor de ***Le Monde Diplomatique***. Seus estudos também estão voltados à influência da mídia nas relações sócio-políticas. No Brasil foram publicados, todos pelas Editoras Vozes, os livros ***Geopolítica do Caos***, ***Guerras do Século XXI: novos temores e ameaças***; ***Propaganda Silenciosa – Massas, Televisão, Cinema***; ***A tirania da comunicação***. Os três autores adotam uma posição crítica marcada fortemente pela denúncia dos papéis dos meios de comunicação e são pouco propositivos em relação às soluções para controlar a influência negativa da mídia (Nota do ***IHU On-Line***).

**Celso Schröder** - Acho que não. A recente Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, promovida pela Unesco<sup>5</sup>, demonstrou a dificuldade dos agentes da democratização produzir uma discussão global, articulando tecnologias e introduzindo elementos de democracia, como a questão do controle público, sobre a comunicação. Aqui e acolá existem diagnósticos interessantes, Thompson, Mattelart<sup>6</sup> o próprio Chomski, demonstram que a democracia é um bem, que se precisa constituir um espaço público que permeie todos os meios, mas nós não conseguimos perceber um movimento unitário. Percebem-se vieses estatizantes, classistas, denunciastas. Muitas abordagens têm alguma sintonia entre si, mas nós não identificamos um movimento que dê conta da problemática em suas várias frentes.

**IHU On-Line – No final de 2003, o FNDC divulgou uma carta aberta ao Governo Lula, abordando o pedido de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES) feito pelas empresas de comunicação. O assunto continua em pauta, sendo ineditamente abordado pelos meios de comunicação, que, historicamente, não expõem seus interesses publicamente. Como está essa questão?**

**Celso Schröder** – Sim, a Carta Aberta<sup>7</sup> foi divulgada e encaminhada à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom). No primeiro momento desse episódio parecia que o governo sinalizava positivamente às empresas porque considerava o assunto, como chegou a dizer o ministro José Dirceu [ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República], “uma questão de Estado”. Mas não apareceu qualquer esboço macro de política de governo. Passamos a temer que, sem discussão pública, sem projeto político de governo, se pudesse fazer uma transferência pública de dinheiro nos moldes em que já havia acontecido em outros momentos, como no final do governo de FHC, quando foram destinados recursos do BNDES para a Globopar<sup>8</sup>. Então o FNDC resolveu, sem negar a possibilidade desse setor econômico de buscar dinheiro público, levantar algumas questões.

**IHU On-Line – Quais são essas questões?**

**Celso Schröder** - Primeiro, achamos que cabia indagar se esse segmento tem legitimidade para reivindicar recursos públicos. Nessa pergunta está implícita uma tentativa de abrir a “caixa preta” das contas, dos balanços das empresas de comunicação. Isso ocorreu com outros setores, como quando o setor automobilístico foi buscar dinheiro no BNDES e oportunizou uma

<sup>5</sup> Realizada em Genebra (Suíça), de 6 a 12 dezembro de 2003, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>6</sup> John B. Thompson estuda as alterações de aspecto social provocadas pelo avanço e pela disseminação dos novos meios de comunicação e propõe algumas regulações aos mesmos. Seu livro mais recente publicado no Brasil chama-se **O escândalo político: poder e visibilidade na mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002. A mesma editora também publicou **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa e Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. De Armand Mattelart é autor de vasta obra sobre comunicação. Seus últimos livros publicados no Brasil chamam-se **História da utopia planetária: da cidade profética à utopia global**. Porto Alegre: Sulina, 2002; **A globalização da comunicação**. Bauru: Edusc, 2000; **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999; **Comunicação-mundo: história das idéias e estratégias**, publicado pela Vozes, de Petrópolis. Sobre Noam Chomski, ver a nota 4 (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>7</sup> A Carta Aberta foi divulgada em 05-12-03. Foi assinada por entidades como a Central Única dos Trabalhadores, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, União Cristã Brasileira de Comunicação Social, Associação Americana de Juristas, Federação Nacional dos Jornalistas, Conselho Federal de Psicologia, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. A íntegra do documento pode ser consultada em [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br) (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>8</sup> Globo Comunicação e Participações S. A. Representa as empresas das Organizações Globo (Nota do *IHU On-Line*).

discussão nacional sobre o papel que tinha essa indústria. Em outras palavras, estamos reivindicando que essa negociação com as empresas de comunicação não seja uma mera transação bancária. Essa era tendência do BNDES, inclusive o Lessa [Carlos Lessa, presidente do BNDES] disse mais de uma vez: “Estamos num banco, as pessoas vêm aqui, trazem o pedido, nos cabe olhar apenas se elas têm condições de pagar e emprestamos ou não”. Nós estamos dizendo que não pode ser assim, considerando as características do setor e o seu histórico de cumplicidade com os governos, a falta de transparência dessas relações, desde os militares.

***IHU On-Line – Mas o pedido feito pelas empresas não foi público?***

**Celso Schröder** – Sim, desta vez o movimento feito pelas empresas foi diferente, foi um pedido público. Primeiro noticiaram os seus propósitos e depois publicaram uma nota oficial<sup>9</sup>, anunciando formalmente a ida ao banco. Acreditamos que isso ocorreu, porque, diferentemente dos governos anteriores, o governo atual não mantém uma relação de cumplicidade e intimidade com as empresas de comunicação. Embora não se possa negar que o pedido ficou marcado como um auxílio às Organizações Globo, considerando as dissidências existentes na Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão<sup>10</sup>.

***IHU On-Line – Em síntese, o que diz a “Carta Aberta ao Governo Lula?”***

**Celso Schröder** – Primeiramente, destacamos que, sendo o BNDES um banco público, é justo que sejam criados espaços de interlocução em que a sociedade possa participar das decisões sobre os investimentos que interessem ao conjunto da sociedade, como é o caso de recursos destinados às empresas de comunicação. Em seguida, indagamos quais são as características da “crise da mídia”, a sua abrangência, a extensão do programa de apoio, se ele se destina somente às empresas privadas ou também às redes públicas e estatais de rádio e TV. Por fim, sugerimos que as empresas ofereçam algumas contrapartidas.

***IHU On-Line – Quais são as principais?***

**Celso Schröder** – Também em síntese: transparência nas informações, negociações e decisões; tratamento equânime para os segmentos privados, estatais, públicos, comunitários, alternativos; veto às empresas que historicamente praticam evasão fiscal; incentivo à produção brasileira audiovisual de qualidade; criação, nos meios de comunicação social, de uma infraestrutura técnica, visando à regionalização da produção artística, cultural, educativa e informativa, estimulando também a geração de emprego e renda; garantia de acesso aos recursos por parte de novos empreendedores, estimulando a concorrência; garantia de que os recursos não serão usados para agravar a concentração da propriedade dos meios de comunicação. Deixamos bem claro que não nos interessa uma mídia fraca, nem empresas quebradas, mas que, no caso das empresas de comunicação, o dinheiro não poderia ser emprestado sem contrapartidas.

---

<sup>9</sup> A nota foi publicada em 29 de setembro de 2003, assinada pela Abert, Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) (Nota do ***IHU On-Line***).

<sup>10</sup> O pedido de empréstimo ao BNDES acirrou as contradições internas da entidade. Duas empresas retiraram-se da Associação: a Rede Record e a Rede TV. Segundo a revista Carta Capital de 14-04-04, o desentendimento deve-se ao destino do dinheiro: ambas são contrárias à liberação de recursos para o pagamento de dívidas. A medida desafogaria as finanças da Globopar, sufocada por uma dívida de US\$ 1,7 bilhão, conforme a mesma revista (Nota do ***IHU On-Line***).

**IHU On-Line – Esse movimento do FNDC contribuiu para mudar o caráter da transação, o empréstimo deixou de ser tratado como uma mera operação bancária?**

**Celso Schröder** – Não, pois prevalece a posição do BNDES, que se recusa a “carimbar dinheiro”, isto é, dar-lhe um fim específico, comportando-se como um órgão alheio às questões levantadas. Foram muitas as articulações de bastidores, reuniões na Comissão de Educação do Senado, disputas na Abert. Aparentemente, o governo está atrapalhado com essa disputa intra-setorial, mas também está preocupado com as manifestações da sociedade civil, através do FNDC, com as posições críticas ao banco de parlamentares de sua base. O MST, por exemplo, é francamente contrário ao empréstimo. Por enquanto, o que estamos vendo é uma prática meramente bancária, sem atentar para a importância estratégica dos meios de comunicação.

**IHU On-Line – O tratamento dado à crise da mídia revela que o governo está atuando de forma semelhante aos anteriores, na comunicação?**

**Celso Schröder** – Na verdade, não se percebe nenhum projeto. Há algumas diferenças. Por exemplo, nos surpreendeu positivamente, logo no início do governo, a manifestação do Ministério ao identificar na digitalização da radiodifusão um elemento estratégico para o governo. Compôs comissões, demonstrou vontade política para intervir na disputa. O FNDC produziu um documento sobre esse assunto, cujo debate parece estagnado. Nos governos anteriores, especialmente no último, havia um projeto claro para a área, embora nós discordássemos dele frontalmente. Na época, a comunicação eletrônica foi praticamente deixada de lado, ignoraram-se as reivindicações históricas relativas ao reordenamento da regulação para a área e investiu-se na privatização das telecomunicações. O governo FHC sabia o que queria.

**IHU On-Line - Essa regulamentação geral está parada e o grande projeto não se esboça?**

**Celso Schröder** - Sim, não conhecemos as idéias sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação, de desconcentração da mídia. O que se vislumbra é um movimento estatal, a Radiobrás se movimentando para construir uma rede de rádios e televisões para o governo, o que é legítimo. Mas um projeto de políticas públicas de comunicação do País não pode passar por uma rede estatal de comunicação. Não se percebe nenhuma vontade política de intervir na enorme concentração dos meios de comunicação gerada a partir da ditadura.

## **INCOMPREENSÃO HISTÓRICA E PARALISIA GOVERNAMENTAL**

### **Entrevista com Murilo Ramos**

*A possível democratização da comunicação no Brasil está aprisionada pela histórica incompreensão dos governantes sobre as suas dimensões estratégicas e a incapacidade do atual governo de vencer a paralisia e praticar ações afirmativas, traduzidas em políticas públicas setoriais. Assim pensa o professor Dr. Murilo César Oliveira Ramos, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Entrevistado pelo **IHU On-Line** por telefone, ele também mostrou-se preocupado, entre outras considerações, com a disseminação sem critérios das rádios comunitárias, gerando o “subcoronelismo eletrônico”. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Murilo Ramos é mestre e doutor em Comunicação pela University of Missouri System (U.M.S), em Columbia, nos Estados Unidos e pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É autor, entre outros, do*

---

*livro Às margens da estrada do futuro - comunicações, políticas e tecnologias, Brasília: Universidade de Brasília, 1999. Dedicada-se à pesquisa nas áreas de políticas de comunicação, novas tecnologias, convergência tecnológica, estudos econômicos e políticos de comunicação.*

**IHU On-Line - O que o governo Lula vem fazendo em favor da democratização da comunicação?**

**Murilo Ramos** – Mesmo reconhecendo que ainda está em seu início, o novo governo não trouxe até agora alterações significativas, não construiu um quadro significativo de mudanças nas áreas das comunicações e na comunicação social eletrônica, em particular. No meu entendimento, o governo ainda está devendo uma política setorial clara para a área de comunicação

**IHU On-Line - Quais seriam os pontos básicos de uma política clara?**

**Murilo Ramos** – Primeiro, há um problema de lugar institucional. Temos, no aparelho de estado brasileiro, o Ministério das Comunicações, tradicionalmente fraco em determinar funções políticas e setoriais para as comunicações, inclusive no que denominamos comunicação social eletrônica, o rádio e a televisão; temos uma interface com o Ministério da Cultura que trata das questões específicas da produção audiovisual, cinema, televisão, particularmente; temos a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, voltada principalmente para a gestão das verbas publicitárias, mas que tem uma interface muito clara com os demais setores, podendo articular políticas setoriais. Também temos a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel. Ela regula toda a TV por assinatura, além das telecomunicações, em sentido estrito, mais as telecomunicações que hoje tratam de questões como o Serviço de Comunicação Multimídia. Só a referência a esses lugares institucionais permite ver que tudo isso exigiria uma articulação mais segura, o governo deveria capacitar-se para fazer uma articulação clara desses setores. Ou centralizando-os num determinado lugar institucional, o que eu não acho que seja o caso, ou apresentando políticas de governo que articulasse esses setores, mas não está ocorrendo nada disso.

**IHU On-Line – Quais as razões dessa paralisia do governo?**

**Murilo Ramos** - Em primeiro lugar, existe uma falta de compreensão, que não é um problema nosso, especificamente brasileiro, que é a seguinte: como tratar a questão da comunicação social? Da mídia em geral? Em outros cenários nacionais, em outros governos, como no Brasil, há mais clareza com relação a políticas de energia, transporte, área social, educação, bem-estar, previdência. Nós não encontramos essa clareza na comunicação. Nem nas academias. Nos seminários, congressos, podemos ver que falta uma discussão mais coerente, consistente, que crie e proponha políticas de comunicação, a partir de conhecimento acumulado nessa área, como as discussões que aconteceram ao longo do século vinte sobre comunicação e desenvolvimento. Se olharmos todo esse cenário, veremos que falta de compreensão do que seria, para a sociedade, uma política, ou políticas, para a comunicação social. Eu não quero estigmatizar este governo, especificamente, porque isso é algo que vem, já, de muito tempo. Eu entendo que falta uma compreensão do que seja a necessidade de democratizar a comunicação por meio de políticas de comunicação. A democratização da comunicação é uma bandeira, é um caminho de luta muito claro, mas do ponto de vista institucional vai se materializar por meio de ações afirmativas do Estado, por meio do governo. Isso nós não temos visto, historicamente, no País. Então, eu acho que a paralisia decorre, num primeiro momento,



de uma falta de compreensão, que é histórica, do que seja essa área, como uma área passível de sofrer ações afirmativas de políticas públicas setoriais.

***IHU On-Line* – O senhor disse que a paralisia governamental ocorre “num primeiro momento”. Pode-se esperar um “segundo momento” mais propositivo?**

**Murilo Ramos** - Apesar das dificuldades, temos uma agenda proposta pelos movimentos sociais, a sociedade civil, a academia, que induz o governo a pensar na necessidade de uma institucionalização, pela primeira vez, do setor de comunicação social eletrônica, por meio de políticas que se materializem numa lei. É aquela velha discussão da lei chamada de Comunicação de Massa ou de Comunicação Eletrônica. Eu não vejo a lei como um primeiro momento, a lei é um momento final, é a materialidade de políticas que são gestadas pela sociedade, em discussões no parlamento, no próprio Poder Executivo. Temos, nessa agenda, a chamada “crise da mídia”, como estão sendo denominados os movimentos das grandes empresas de comunicação para que o BNDES as ampare financeiramente. Temos uma discussão complexa, difícil, que é a questão dos conteúdos; que passa pela discussão ética, moral, a baixaria na televisão. Temos todo o processo de digitalização, da televisão e do rádio; a questão da chamada convergência tecnológica e o Serviço de Comunicação Multimídia. Temos o Ministério da Cultura reestruturando toda a Agência Nacional de Cinema, a Ancine, querendo transformá-la na Secretaria do Audiovisual, com grande poder. Há uma série de questões em andamento. Se não houver, por parte do governo, um debruçar-se sobre isso, nesse segundo momento, que eu gostaria que acontecesse, aí sim, haverá uma perda total de esperanças, possibilidades, oportunidades. Pela primeira vez, a sociedade brasileira tem ao seu alcance a oportunidade de formular políticas mais democráticas de comunicação social, e podemos perder essa oportunidade.

***IHU On-Line* - A atuação do Governo na área da comunicação corresponde às dificuldades do governo nas outras áreas?**

**Murilo Ramos** – A dificuldade é maior na área da comunicação, mas isso vale para qualquer governo. Trata-se da dificuldade de se defrontar com os grupos empresariais da mídia que detêm o poder de formar opinião e construir imagens, em particular as Organizações Globo. Então, é um setor de grande sensibilidade, porque temos a possibilidade de um enfrentamento sempre latente com quem pode, até para defender os seus interesses comerciais, o que é um absurdo mas acontece, esquecer que tem um mandato da sociedade para informar a todos democraticamente e sair primeiramente em defesa dos seus próprios interesses. Esse setor tem essa particularidade que não podemos ignorar e que torna difíceis os movimentos de qualquer governo. Mas não é impossível enfrentá-lo, é uma questão de vontade e oportunidade.

***IHU On-Line* - Como nos demais setores, o governo também estaria, na comunicação reproduzindo uma prática tradicional?**

**Murilo Ramos** - Eu entendo que sim. Mantido o atual cenário, a tendência é a manutenção do status quo. Mas prefiro imaginar que o governo enfrenta um quadro ao qual ele deverá se adaptar, ainda poderá gerar políticas novas. Entretanto, o quadro que se vê hoje não induz a pensar que tenhamos mudanças a curto prazo. Especialmente porque temos o nó da política econômica. Se esse nó não for rompido, poderemos enfrentar um quadro de progressivas dificuldades institucionais.

***IHU On-Line* – Quais possíveis iniciativas e ações na área de comunicação estariam limitadas pelo “nó da política econômica”?**

**Murilo Ramos** - O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o Fust, por exemplo. Para ele já foram arrecadados mais de três bilhões de reais, pagos pelas empresas de telecomunicações. Hoje nós devemos ter no orçamento 40 milhões de reais à disposição desse fundo. Imagine o que não se poderia fazer na área da chamada inclusão digital, que é uma das aplicações previstas para esse Fundo, se pudéssemos estar operando com esses recursos, com os mais de três bilhões de reais. Eles foram arrecadados, mas estão servindo de "colchão" para o superávit primário. O dinheiro não é tudo, temos que ter projetos e idéias, mas esses não faltam. Então, temos um gargalo, e a discussão setorial não pode ser feita sem olharmos o quadro mais amplo, que é desanimador. Ainda estamos girando em torno da agenda do Consenso de Washington. Nada de diferente será feito se não houver uma mudança na macroeconomia.

***IHU On-Line* - Há exemplos mundiais de políticas de comunicação nas quais o Brasil possa se inspirar?**

**Murilo Ramos** - Se olharmos para os países capitalistas centrais, não temos grandes novidades, exceto uma, de uma perspectiva institucional, que é o movimento que a Grã-Bretanha fez, de concentrar num único aparelho regulatório, toda a área audiovisual, rádio, televisão, telecomunicação telefonia, toda essa área à qual nos referimos hoje como área convergente [leia a entrevista com a pesquisadora inglesa Robin Mansell, nesta edição]. Se olharmos para países do porte e da localização do Brasil na geopolítica internacional, eu não vejo exemplos. Na verdade, vivemos um tempo em que de fato existe uma hegemonia de pensamento e muita dificuldade de se pensar alternativas. A Inglaterra também está lançando um modelo para o funcionamento das rádios comunitárias. Talvez ele possa servir como um parâmetro para que coloquemos mais ordem no caos em que se estão transformando as rádios comunitárias no Brasil.

***IHU On-Line* – O senhor acha que há caos nas rádios comunitárias brasileiras?**

**Murilo Ramos** - O que eu vejo hoje é um crescimento quantitativo muito grande de rádios comunitárias. Esse número varia, fala-se de oito mil a trinta mil, que é o número fornecido pela Anatel e pela Abert, operando de algum modo no País todo. O que começa a se perceber é que um grande número dessas rádios fogem até do conceito legal, que é restrito, da lei da radiodifusão comunitária. São rádios que operam a partir de interesses partidários, religiosos, inclusive interesses comerciais. Acho que é um cenário que merece atenção.

***IHU On-Line* – Nesse caso, qual seria o papel do governo?**

**Murilo Ramos** - Nesse caso, primeiro cabe ao próprio movimento das rádios comunitárias, o movimento social, saber o que está acontecendo com elas. É muito difícil para o governo, esse ou qualquer outro, fiscalizar e saber se esta ou aquela rádio se enquadra ou não no conceito de rádio comunitária, sem fins lucrativos, se há um conselho representativo da sociedade, como a lei determina. Às vezes, eu identifico nessa proliferação indiscriminada uma certa estratégia de quanto mais, melhor, não importa de que modo. Eu temo que isso esteja fazendo surgir no Brasil o que eu chamo de um "subcoronelismo eletrônico".

***IHU On-Line* – Não seria um retorno à idéia de rádios livres?**

**Murilo Ramos** - Se for isso, deve haver transparência: o movimento social é favorável a rádios livres, sejam o que forem, representem os interesses que representarem. Particularmente, acredito que se foge à idéia, que é complicada, mas está aí, de rádio comunitária, rádio restrita, operada por e para uma certa comunidade. A partir, inclusive, de um conselho de programação

altamente representativo daquela comunidade. Eu sinto que está acontecendo uma inquietante proliferação indiscriminada, porque desconhecemos o perfil correto dessas rádios.

***IHU On-Line – Os movimentos para uma democratização da comunicação não pecam pelo exagero institucional? A experiência do chavismo, com a criação de redes de comunicação alternativas, não representa um bom exemplo de democratização?***

**Murilo Ramos** - Não sei, não tenho base para afirmar isso. Conheço a crítica que é feita à aposta na institucionalidade, mas eu, como pesquisador, trabalho dentro de marcos institucionais. Evidentemente que há correntes que acham que os caminhos são outros. É uma espécie de retomada de uma idéia revolucionária, alguns miram-se na “revolução bolivariana”. Eu confesso que tenho muita dificuldade de ver o chavismo como um movimento progressista. Acho um movimento mais próximo da definição de um movimento populista, de ligação direta com as massas. É uma discussão complexa, mas se o movimento da democratização se remeter a isso, também é uma discussão que deve ser feita.

***IHU On-Line – Em síntese, na sua opinião, o que é uma comunicação democratizada?***

**Murilo Ramos** - Vamos pensar o que seria uma comunicação em democratização. Significa pensar a democracia como processo e, como tal, aberto. Hoje, estamos, politicamente, operando no Brasil, dentro de um marco democrático-liberal, economicamente capitalista. Nele, temos a construção de instituições, o Estado, as organizações da chamada sociedade civil, os espaços para criação, os pleitos ocorrendo com liberdade, acho que temos tido avanços. Mas também precisamos aprofundar, com urgência, a discussão sobre democracia. Recentemente, Fábio Konder Comparato, eminente jurista de esquerda, escreveu que precisamos criar contrapoderes populares.<sup>11</sup> A inconformidade com o que nós temos hoje como democracia pode ser uma marca do que nós fazemos. A democratização da comunicação integra esse processo. Uma comunicação democrática é um processo de comunhão, permitindo a todos, sem exceção, ter iguais condições de acesso a meios e tecnologias para a manifestação de opiniões, de idéias, para construir uma sociedade de acordo com elas e em interação com outras visões. É uma visão utópica? É. No melhor sentido daquilo que aprendemos como utopia.

## AS LIMITAÇÕES DAS PESQUISAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO

### Entrevista com Regina Festa

*São débeis as pesquisas brasileiras voltadas ao exame das relações entre a comunicação e suas políticas. Limitadas a aspectos específicos de tais relações, elas não examinam detalhadamente as dimensões macroeconômicas e sociais do fenômeno, de acordo com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Festa. Ela é coordenadora, no Brasil, da Cátedra Regional Unesco “Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina” e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Atualmente, trabalha para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), sediada em Santiago do Chile. Essa*

<sup>11</sup> O texto referido chama-se “Organizar o contra poder popular” e foi publicado originalmente no jornal *Folha de S. Paulo*, em 22/02/2004. Foi reproduzido por *IHU On-Line* na edição nº 91, de 08-03-2004. (Nota do *IHU On-Line*)

*instância da Organização das Nações Unidas (ONU) está desenvolvendo um projeto de inclusão digital voltado às mulheres. Integra o Conselho de Comunicação Social.*

**IHU On-Line – A senhora está trabalhando em um projeto de inclusão digital, desenvolvido pela Cepal. No que ele consiste?**

**Regina Festa** – A missão da Cepal é de subsidiar os governos da região com dados para que eles possam ampliar ou melhorar a governança regional. Eu trabalho especialmente na Unidade Mulher e Desenvolvimento e dentro desse projeto da Cepal, o meu trabalho é o de fazer com que os ministérios ou instâncias da mulher se relacionem com os ministérios do governo dentro da área de desenvolvimento e comunicação e implementação de tecnologias de comunicação.

**IHU On-Line - Essa preocupação com tecnologia, com inclusão digital é nova, na Cepal?**

**Regina Festa** - Não, é uma preocupação nova na relação das mulheres com os governos. A Cepal, como instituição da ONU, é uma das mais bem estruturadas, inclusive em nível tecnológico. Por exemplo, hoje ela é uma incubadora de tecnologia para a inclusão digital para vários governos e será também para a área de mulheres. Ela ocupou a posição central na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, para a região, foi ela quem liderou o debate e ela é que vem tentando fazer com que os governos da região ampliem a discussão sobre a sociedade da informação.

**IHU On Line - Essa preocupação com as mulheres deve-se a evidências de que elas são mais atingidas pela exclusão digital?**

**Regina Festa** - Eu enfocaria de outra forma. Há uma posição das Nações Unidas de que as questões de gênero e de equidade devem ser tratadas pelos governos, e os governos assinaram vários acordos internacionais nessa área. Então, a missão da Cepal, nessa perspectiva de gênero, é ajudar os governos naquilo que é um projeto e um acordo assinado. De fato, se fizermos a comparação, por outro lado, as mulheres têm menos acesso às tecnologias do que os homens, na região. Estudos comparativos já mostram que o acesso é menor do que em outras regiões, como a Europa, Estados Unidos e alguns países da Ásia. Para se atingir as metas do milênio, é necessária a inclusão de gênero, e a inclusão digital daria um salto qualitativo para a inclusão de gênero.

**IHU On-Line - Qual é a sua avaliação sobre os resultados da Cúpula da Sociedade da Informação? Diz-se que o encontro postergou as principais decisões. Isso ocorreu também em relação à inclusão digital?**

**Regina Festa** – A primeira etapa da conferência da Sociedade da Informação tratou muito mais das questões de estrutura e das relações comerciais do que dos direitos da sociedade. Foi difícil tratar das questões relativas à inclusão. A sociedade civil organizada mundial, vamos chamar assim, teve pouquíssimo espaço para se apresentar, discutir, pouco assento nas discussões e, nesse sentido, pode-se dizer que a primeira reunião foi pouco democrática. Espera-se que para Tunis<sup>12</sup> em 2005, esse cenário mude. Nesse caso, devem entrar outras instâncias de governo e de sociedade civil e da própria Unesco, em nível mundial, para

---

<sup>12</sup> A segunda fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação será realizada em Tunis, capital da República da Tunísia, de 16 a 18 de novembro de 2005. A Tunísia localiza-se na costa norte da África (Nota do *IHU On-Line*).

assessorar essa discussão. Por enquanto, não estou muito otimista. Tenho sentido que o avanço é muito mais no sentido dos marcos regulatórios e interesses das empresas do que no sentido de uma discussão que permeie democraticamente os interesses de sociedades

***IHU On-Line* – O debate sobre a comunicação não assumiu características dúbias, especialmente a partir do Fórum Social Mundial, que abriga tanto críticas generalizadas aos meios quanto tentativas de esboços de políticas de comunicação? Nesse contexto, a senhora considera que o tema inclusão digital vem sendo contemplado adequadamente?**

**Regina Festa** - Acho que aí temos que colocar a discussão em dois patamares. Primeiro, a discussão que vem dos anos 1970/80, desde a Nomic<sup>13</sup>, e que avança no sentido da discussão sobre o direito à comunicação, direito a comunicar, e que chegou a até a conferência da Sociedade da Informação, é uma discussão da sociedade, tipicamente. Sempre foi dos movimentos sociais organizados dentro da área de comunicação, ou que aderiram a projetos de comunicação, como no caso do FNDC, que trabalha com a área sindical e outras. Sempre foi uma discussão de movimentos que aderiram a um projeto de sociedade interessado na democratização da comunicação. Essa é uma esfera do espaço das discussões. Em outro patamar, está a questão referente à democratização e acesso às tecnologias de informação. Este é um debate da sociedade com o governo, porque as políticas públicas não são pensadas necessariamente nas esferas da sociedade. Isso pode ocorrer desde que haja espaço para negociação com os governos. Aí temos um *gap*<sup>14</sup>. Uma coisa é o debate da sociedade e outra coisa é o plano de governo e a relação dele com a sociedade onde se estabeleceriam verdadeiramente as instâncias democráticas. Isso não ocorre, na maioria dos casos. É por isso que existe essa discussão que parece ambígua, mas, na verdade, ela reflete a postura de governos que agem por conta própria e de uma sociedade que tem um projeto e uma dificuldade de diálogo com o governo.

***IHU On-Line* - Qual tem sido o papel da universidade nessa discussão. Ela está presente?**

**Regina Festa** - Eu acabo de fazer um estudo para a Fundação Ford sobre o caso brasileiro em relação à democratização da comunicação e o papel da universidade. Na minha avaliação, a universidade, nos anos 1990, no Brasil, em geral, esteve ausente desse debate. Qual esfera do debate? Acho que é preciso esclarecer isso. Muitas universidades discutiram o direito à comunicação, atuando como uma instância da sociedade. Não há propostas, eu as desconheço, em que a universidade tivesse pesquisado e trabalhado no sentido de fazer com que os direitos da sociedade obtivessem um espaço de negociação nas políticas de governo. Então houve um divórcio, que envolve a universidade, entre o direito de ela reivindicar, e a sua possibilidade de criar e negociar espaços democráticos. Pelo menos até onde eu cheguei, as pesquisas na área acadêmica não são pesquisas que tentam ver a macroeconomia. Tanto a macroeconomia das políticas de comunicação, como a macrovisão regulatória, pois hoje o Brasil não é um país independente disso, o FMI, Banco Mundial podem impor regras restritivas ou coercitivas, portanto o Brasil não delibera sozinho, esta aí o caso recente da venda da Embratel<sup>15</sup>. Não existem pesquisas de análise macro, quer sejam macrointernacionais, quer

<sup>13</sup> Sigla da “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação”, expressão que designa o processo de crítica à hegemonia informativa dos países desenvolvidos, conduzido pela Unesco, na década de 1960 (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>14</sup> Disparidade, hiato (N. do *IHU On-Line*).

<sup>15</sup> A Embratel foi adquirida pela operadora mexicana Telmex, conforme o noticiário da última semana de abril. Embora mantivesse a sigla da privatizada Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel era controlada pelo grupo norte-americano MCI (Nota do *IHU On-Line*).

sejam macroeconômicas ou que estudem a visão dos empresários de comunicação na nossa sociedade.

***IHU On-Line – A universidade reivindicou, mas contribuiu pouco para a construção e compreensão dos espaços de negociação?***

**Regina Festa** - Sobre isso, acho que aí existe um vazio imenso, e eu observo agora, no Conselho de Comunicação Social, por exemplo, a fortaleza do lobby dos empresários na área de comunicação, com escritórios montados em Brasília, equipes de advogados que atuam, que buscam informações, estão permanentemente informando as associações de empresários de comunicação, enquanto a sociedade é praticamente órfã. Então se percebe que o diálogo governo-empresário é fácil, e altamente monitorado por uma informação eficiente, e o diálogo sociedade-governo é débil, e existem instâncias tão débeis quanto esse diálogo, quanto essa possibilidade de diálogo com o próprio governo. E nesse sentido, a universidade esteve pouco atenta. Pouco atenta a esses espaços, pouco atenta às políticas, ela esteve pouco atenta, como a sociedade, há até bem pouco, aos espaços de negociação e de participação democrática. No Brasil, não existem, por exemplo, pesquisas de comunicação e políticas eficientes. Elas são parciais. A maioria das pesquisas a que eu tive acesso são focadas. Ou se estuda uma coisa de televisão, ou se estuda uma coisa de cinema, ou se estuda uma coisa dos meios de comunicação, mas elas não têm uma visão global de sociedade.

***IHU On-Line - Por um lado, a sociedade é débil para interagir com o governo. Por outro lado, o governo parece que não desenvolve mecanismos indutores e ainda temos uma universidade presa em análises parciais. Como sair desse círculo vicioso?***

**Regina Festa** - Essa é a grande pergunta: o que fazer diante de situações como essa? Na minha avaliação, acho que as pessoas que têm formação deveriam e poderiam assumir responsabilidades, trabalharem no sentido do avanço do processo democrático. Democracia é uma coisa mutante, e como mutante vai criando espaços e áreas de conflitos. Essas áreas, esses espaços, requerem pessoas informadas para atuarem nelas, que seriam aquelas que reproduziriam essas informações, esse contexto, para a sociedade. Nesse sentido, o papel da universidade é importante, o papel do pesquisador é importante, dos jornalistas é importante.

***IHU On-Line – A senhora destacaria alguma especificidade do papel dos jornalistas?***

**Regina Festa** – O papel de saber perguntar aquilo que hoje é conflitivo dentro da democracia e como se resolver esse conflitos. Nós temos, do ponto de vista jornalístico, um país que é muito mais relator do que questionador do quadro existente. Ou, quando é questionador, é um questionador negativo, ele não é um questionador pró-ativo, que permitiria que se levantassem “n” situações. Nós temos um jornalismo, hoje, tão acanhado, quase, quanto a universidade.

***IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre as decisões do governo na área de comunicação?***

**Regina Festa** - Acho que há questões bastante ambíguas no governo. O que não quer dizer que não haja boa vontade, mas eu acho que o manejo da política pública para a área deixa a desejar. Porque se trata de um governo que entrou para ampliar um debate de sociedade, o que ele não consegue fazer nessa área, ainda. As decisões continuam nesse governo, como no anterior, centradas nos gabinetes. Os debates, as decisões dessa área deveriam ser conhecidas pela sociedade. A sociedade precisa conhecer as implicações dessas decisões, ela ainda não compreende a importância disso. Não entende, por exemplo, uma questão que é da maior importância, que é a possibilidade do BNDES financiar as empresas de comunicação.

Esse debate é fundamental para a sociedade, não é só de interesse da empresa, do banco ou de certos setores do governo. Se dinheiro público é passível de ser usado para financiar empresas, não podemos ignorar a repercussão disso na sociedade. Existem estudos interessantíssimos, mostrando que, em todas as sociedades onde os meios de comunicação são muito fortes, implicam uma perda de poder da capacidade organizativa dessas mesmas sociedades. Se um grupo de comunicação está em crise, e nós, com o dinheiro público, vamos fortalecê-lo, que resultado implica para a sociedade? Além disso existem debates na Alemanha, nos Estados Unidos, que mostram que, se o dinheiro público pode ser usado para a área empresarial, deveria haver uma contrapartida para a área social, e, nesse caso, para bens públicos. Estes debates são da maior importância e caberia, na minha avaliação, ao governo atual, trazê-lo para a sociedade, conversando com as universidades com os estudantes, discutindo a necessidade de uma contrapartida do dinheiro público em benefício da sociedade. Nesse caso, os meios públicos estariam em primeiro lugar. Sobre isso, a 4ª Cúpula Mundial da Mídia para Crianças e Adolescentes<sup>16</sup>, que terminou há uma semana e pouco no Rio de Janeiro, tem uma carta magistral, onde os jovens dizem claramente que eles querem essa contrapartida do governo, não estão falando do BNDES, evidentemente, mas que eles querem contrapartida do governo para o futuro deles, e que eles querem que essa contrapartida seja explicitada também na área do direito aos meios públicos. Em certos países, casos como esse, envolvendo o BNDES e as empresas de comunicação, são discutidos em programas de televisão, comparecem o ministro, o representante da Igreja, o presidente da central sindical, são avaliados os interesses da sociedade. Aqui no Brasil isso não ocorre, as decisões continuam nos gabinetes. E, sem participação, não há democracia.

#### ***IHU On-Line – Qual é a sua avaliação do Conselho de Comunicação Social?***

**Regina Festa** – O Conselho foi instalado como parte de uma negociação que é de conhecimento pelo menos de alguns setores, que significaria aprovar a lei de abertura das empresas de comunicação do Brasil para o capital estrangeiro. Dentro dessa negociação, uma das exigências foi a instalação do Conselho, que foi aprovada. O Conselho foi criado em 1988 e estava com todo o parlamento sentado sobre ele porque não há interesse no funcionamento dele. Foi criado, como parte da negociação, e não era para funcionar. Não se deram verbas para funcionar. Não se cria uma instância, querendo que ela funcione, sem ter um orçamento adequado. Esperava-se, portanto, que com o novo governo teria um orçamento. É por aí que se mede o interesse do governo numa determinada área, e não houve mudança no orçamento. Então, nem o governo anterior, nem esse governo, demonstraram claramente que o Conselho deve ser uma instância que deva funcionar. Até agora têm sido criadas algumas comissões, algumas importantes, como a que debate a regionalização da comunicação. As sessões são transmitidas, mas as repercussões disso ainda são muito pequenas, porque, de fato, não há interesse em que isso funcione, que traga os assuntos para um amplo debate na sociedade. Não tem orçamento, não tem esfera de debate, não tem, de fato, uma inserção na missão de subsidiar o Senado.

#### ***IHU On-Line - Essa falta de interesse reflete as dificuldades já mencionadas mas também a pequenez da nossa política e dos nossos governantes?***

---

<sup>16</sup> O evento, promovido pela World Summit on Media for Children Foundation, é considerado o mais importante fórum sobre a qualidade de produção de mídia para crianças e adolescentes, novas tecnologias e políticas públicas. A Carta referida pode ser conferida na íntegra no sítio em [www.riosummit2004.com.br](http://www.riosummit2004.com.br)

**Regina Festa** - Eu não falaria em pequenez da política, eu diria duas coisas. No Congresso há, como sabemos, muitos parlamentares que são proprietários de meios de comunicação<sup>17</sup>. Eles estariam legislando em causa própria. E quem legisla em causa própria necessariamente não legisla em favor da democracia. Temos essa característica no parlamento, que é própria do Brasil, e que não ocorre na maioria dos países. Muito embora exista um Berlusconi na Itália, um presidente de El Salvador que também é proprietário de meios, entre outros exemplos. No caso do Brasil, a legislação passa por parlamentares proprietários de meios de comunicação, isso é ainda mais complexo. A segunda coisa é que, como eu já disse, do ponto de vista de comunicação o governo ainda não saiu dos gabinetes.

## ENQUANTO OS MEIOS ERAM PRIVATIZADOS, A ACADEMIA DISCUTIA “RECEPÇÃO”

### Entrevista com Guillermo Mastrini

*Guillermo Mastrini, pesquisador argentino, destaca o descompasso teórico existente entre a produção acadêmica e a realidade dos meios de comunicação. Ele considera vital formular políticas de comunicação para revigorar os movimentos sociais e enfrentar a iminente hegemonia comunicacional dos interesses mercadológicos. Guillermo Mastrini é licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e doutorando na Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Ciências da Informação, no Programa de Doutorado Aspectos Retóricos, Dialéticos e Políticos da Informação. É professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA) e co-diretor do projeto de pesquisa “A concentração da propriedade e a participação social nas políticas de comunicação: uma análise dos blocos regionais Mercosul, Nafta e União Européia”, desenvolvido pela UBA. Entre os seus textos está o artigo “Economia política da comunicação: uma contribuição marxista para a constituição do campo comunicacional”, com César Bolaño, publicado no livro **Matrizes comunicacionais latino-americanas: Marxismo e Cristianismo**. São Paulo: Editora Metodista Digital, 2002, organizado por José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Waldemar Luiz Kunsch. É o coordenador do boletim digital “Políticas y Planificación de la Comunicación” ([www.catedras.fsoc.uba.ar/mastrini](http://www.catedras.fsoc.uba.ar/mastrini)). Sua entrevista foi concedida por telefone.*

#### **IHU On-Line - Qual é o sentido de discutir políticas de comunicação especialmente na América Latina, num cenário tão adverso social e economicamente?**

**Guillermo Mastrini** – O conceito de políticas de comunicação sofreu uma evolução importante a partir dos anos 1980. Logo depois de todos os aportes feitos pela academia na América Latina, o desenvolvimento desse conceito, a partir dos anos 1980, centralmente dos anos 1990, sofre uma reorientação, volta-se a outras preocupações. Inclusive Pasquali<sup>18</sup> disse que os termos políticas de comunicação se transformaram em *dirty words*<sup>19</sup>, em *malas palabras*. Isso ocorre quase paralelamente a uma profunda mudança das estruturas dos meios de comunicação. Basicamente a partir de duas políticas, que são privatização e liberalização dos mercados, a abertura dos mercados para o capital estrangeiro. Durante toda a década de 1990 se verifica rapidamente uma forte concentração dos meios de comunicação. Ante esse

<sup>17</sup> Conforme um levantamento realizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), divulgado pela revista CartaCapital de 14-04-04, do total de 81 senadores, 33 estão ligados a veículos de comunicação (Nota do **IHU On-Line**).

<sup>18</sup> Antonio Pasquali, professor e pesquisador da Universidad Central de Venezuela (Nota do **IHU On-Line**).

<sup>19</sup> Palavras proibidas, que desagradam e incomodam a um grupo de pessoas (Nota do **IHU On-Line**).



panorama, creio que, mais do que nunca, é necessário retomar o pensamento em torno de políticas de comunicação. Frente à perda de possibilidades de pressão da sociedade e à transformação do mercado em praticamente a única possibilidade comunicativa, falar de políticas de comunicação se torna mais indispensável.

***IHU On-Line* – Esse debate está ao alcance da população, ela está preparada para compreendê-lo e intervir?**

**Guillermo Mastrini** - Em geral, a população está mais preocupada com os conteúdos dos meios de comunicação do que com a política dos meios de comunicação, o que é um problema. Em geral, na sociedade latino-americana, há uma escassa preocupação com a política de comunicação, além do permanente desafio da academia de não isolar-se dos sujeitos sociais, não agir como uma vanguarda iluminada. Creio que isto é sumamente importante, talvez a aprendizagem mais importante que devemos extrair da outra etapa da política de comunicação, na década de 1970. A política funcionou claramente como uma vanguarda sem laços consolidados com os processos sociais que estavam ocorrendo. A batalha pela democratização da comunicação é fundamental, mas não é fácil. Creio que Brasil é um dos países onde a sociedade está mais comprometida - eu não diria muito comprometida - com as políticas de comunicação. São exemplos o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, todas as intervenções feitas em relação à Lei do Cabo, creio que aí há mais presença social nas discussões sobre políticas de comunicação. É insuficiente, mas é muito maior do que na Argentina.

***IHU On-Line* – O senhor defende o controle público da comunicação? Que papel cabe aos governos?**

**Guillermo Matrini** - Isto é sumamente complexo. Nós, que éramos críticos do papel do Estado, terminamos pensando que o Estado deve intervir. Creio que há uma instância pública porque, frente ao avanço do mercado o espaço público- estatal é uma instância que amplia as possibilidades de participação em relação as atividades do mercado. Isto não quer dizer que devemos confiar exclusivamente nas políticas desenvolvidas ou vinculadas a partir do Estado. Creio que também os movimentos sociais devem gerar políticas próprias. Não sei se devemos seguir falando de políticas alternativas, porque o conceito de "alternativo" deve ser revisado, ao menos. Acho que devemos tratar de políticas de comunicação como um todo, porque o conceito de "alternativas" remete à idéia de que serão eternamente alternativas, e essa não é a idéia. Em algum momento deverão ser a própria comunicação.

***IHU On-Line* – Qual é a sua opinião sobre as críticas que intelectuais como Norman Solomon, Noam Chomski, Ignacio Ramonet têm feito à mídia? Elas conduzem a uma política de comunicação, contribuem para uma nova relação com os meios de comunicação?**

**Guillermo Mastrini** - Acho que essas contribuições, assim como os debates sobre comunicação que ocorreram no Fórum Social Mundial<sup>20</sup>, são importantes em termos de referência intelectual. Seguramente são preciosas e marcam a importância do tema. Entretanto,

---

<sup>20</sup> A Unisinos e o Instituto Humanitas Unisinos participaram de edições do FSM realizadas em Porto Alegre. Especificamente sobre o tema comunicação, apoiou, juntamente com outras entidades, a realização do Seminário *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: pulsar e pensar ações*, coordenado pelo Prof. Dr. Valério Brittos, do PPG de Comunicação da Unisinos. O seminário foi realizado pela Rede de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação (Eptic). Ignacio Ramonet foi entrevistado por *IHU On-Line* na edição nº 50, de 10-03-2003.

essas contribuições têm uma visão não de todo consubstanciadas com as teorias - isso não é um fenômeno específico das políticas de comunicação. Trabalham o tema "meios" de maneira geral e creio que há um esforço para analisar o que se passa com o Estado, como o Estado foi cooptado e que alternativas podem ser pensadas desde os movimentos sociais para as políticas de comunicação, com uma perspectiva mais democrática. Creio que isso é muito importante como referência intelectual, mas acho que é preciso agregar-lhe substância.

***IHU On-Line - Além do caso brasileiro, o senhor localiza em algum outro país, em outra região, movimentos para construir uma política de comunicação?***

**Guillermo Mastrini** - Há um processo interessante na Venezuela. De grande complexidade, porque está permeado pela dinâmica política da Venezuela, que é extraordinariamente complexa. Está ocorrendo uma discussão sobre como democratizar os meios no momento em que os meios de comunicação estão participando, mais ativamente do que nunca, da vida política venezuelana, a partir do enfrentamento com o presidente Chávez. Há uma nova lei sobre os meios que, por exemplo, não conta com o apoio da academia venezuelana.

***IHU On-Line - Qual tem sido o papel da academia para a construção de uma política de comunicação?***

**Guillermo Mastrini** - Em geral, creio que o tema começa a ser revisitado, volta-se a assumir a necessidade de discuti-lo, mas muito lentamente. O que ocorreu a partir dos anos 1990, com o aumento de concentração da propriedade dos meios, a privatização desses meios, em alguns casos com a entrada do capital estrangeiro, é completamente distinto do que ocorria nos anos 1970. E a academia continuou mais interessada no problema da recepção, no problema dos fenômenos antropológicos da comunicação, que são muito importantes, mas parece que isso em realidade não era mais a questão a atender. Creio que a partir do final da década de 1990, princípio do novo século, se está reativando a discussão, há muito trabalho por fazer, porque há um atraso teórico para analisar o tema. Temos que recuperar todo o tempo perdido. Nesse sentido, creio que os anglo-saxões e a escola francesa de regulação avançaram muito mais do que avançamos na América Latina.

***IHU On-Line – Apesar desse descompasso teórico, historicamente esse debate não tem um bom acúmulo?***

**Guillermo Mastrini** - Sim, claro. Exemplo disso é que uma parte importante do debate na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação recolocou, ainda que com diferenças, naturalmente, os debates que se seguiram em torno de Relatório McBride<sup>21</sup>. O problema segue sendo a democratização da comunicação e quais são os mecanismos que têm a comunidade internacional para garanti-la. Talvez a diferença principal é que no debate de McBride, nos anos 1970, e princípio dos anos 1980, a discussão era sustentada principalmente pelos setores nacionais, e havia a confrontação entre distintos setores. Claramente, o bloco ocidental contra os países não-alinhados. Hoje, a presença de setores nacionais é menos importante e aparece centralmente o mundo empresarial. Contrabalançando essa presença aparecem, de maneira menos poderosa, setores da sociedade civil e as organizações do terceiro setor. Que, ademais, merecem todo um debate sobre as suas representatividades.

---

<sup>21</sup> O Relatório McBride reuniu as conclusões dos debates em torno da Nomic, antes referida. Herdou o nome do jurista e jornalista irlandês Sean McBride, presidente da comissão internacional constituída pela Unesco. O documento, entretanto, foi publicado sob o título ***Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época***. Rio de Janeiro: FGV, 1983 (Nota do *IHU On-Line*).

**IHU On-Line - A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação contribuiu para o avanço do debate?**

**Guillermo Mastrini** - Na realidade, em Genebra não se resolveu nada sobre os temas conflitantes. O que se fez foi postergar o debate. Sobre os dois grandes problemas que são o acesso e a incorporação dos países pobres à chamada "sociedade de informação", o que se fez foi postergar o debate para 2005. Não houve nenhuma resolução nesse sentido, o "triunfo" do terceiro setor e da sociedade civil foi conseguir instalar o debate. Por isso é interessante ver como se retomam os debates que estavam presentes há algumas décadas, compará-los. Esse é um dos estudos que estou desenvolvendo.

**IHU On-Line - Apesar recorrência dos debate, o tema da democratização sempre parece estranho aos governos. Isto se deve a um despreparo dos governantes ou ignorá-lo é uma prática deliberada?**

**Guillermo Mastrini** - Há diferenças. Há governos que têm trabalhado bastante o tema da Cúpula. Em geral, na América Latina, há um certo retraimento, possivelmente pode-se chegar a conclusão que há outras prioridades. Mas creio que alguns governos da Europa, bem como o dos Estados Unidos, foram bastante preparados à Cúpula. Como também alguns setores da sociedade civil foram bem preparados. Mas em geral é correto dizer que para os governos latino-americanos o tema de políticas de meios e de comunicação e informação são um pouco mais distantes. Na América Latina o Brasil segue sendo um caso importante pois, por exemplo, está tentando desenvolver seu próprio modelo de televisão digital. É preciso ver se isso ocorrerá ou não, isso pressupõe o desafio aos três modelos hegemônicos, que são o norte-americano, o europeu e o japonês. Isto mostra que há uma visão estratégica do problema comunicacional que também, por suposto, se vincula a uma política de desenvolvimento econômico mais autônoma. Se vale a comparação, a Argentina já adotou o modelo norte-americano, enquanto o Brasil discute a possibilidade de criar uma tecnologia própria.

## A MONOPOLIZAÇÃO PERSISTE E SEU ENFRENTAMENTO EXIGE POLÍTICAS PÚBLICAS

### Entrevista com Robin Mansell

*As novas tecnologias ampliaram as oportunidades para a realização de diálogos críticos, mas elas não prescindem de políticas públicas e de regulamentação, que devem expandi-las e protegê-las, resguardando espaços para conteúdos plurais. O alerta é da professora inglesa Robin Mansell, entrevistada pelo IHU On-Line por correio eletrônico. Ela diplomou-se em Psicologia, com mérito, pela Universidade de Manitoba, em 1974. Obteve o título de Mestre em Psicologia Social pela London School of Economics, em 1976 e de Mestre em Comunicação, em 1980. Obteve o PhD em Comunicação, em 1984, pela Universidade Simon Fraser. É professora da London School of Economics, onde dirige o curso de mestrado em **Novas Mídias, Informação e Sociedade**. Suas pesquisas abordam as questões sociais, econômicas e de política pública associadas às tecnologias de informação e de comunicação. Entre outros aspectos, seus estudos têm examinado o fracasso de regulamentações, questões de governança e políticas públicas, da estrutura dos mercados, e da dinâmica em transformação dos processos sociais que são associados com as tecnologias de informação e de comunicação mais antigas e mais novas. Seus livros incluem: **Mobilizing the Information Society: Strategies for Growth and Opportunity** [Mobilizando a Sociedade de Informação: Estratégias para Crescimento e Oportunidades], com W. E. Steinmueller. Oxford University*

Press, 2000; **Networking Knowledge for Information and Societies: Institutions and Intervention** [Conhecimento de Redes para Informação e Sociedades: Instituições e Intervenção] com Rohan Samarajiva e Amy Mahan, Delft University Press, 2002; **Inside the Communication Revolution: Evolving Patterns of Social and Technical Interaction** [Dentro da Revolução da Comunicação: Padrões recentes de Interação Social e Técnica], Oxford University Press, 2002. Integra o conselho editorial de várias publicações especializadas em comunicação, desenvolvimento e novas tecnologias

**IHU On-Line - O debate contemporâneo sobre a comunicação remete-se à chamada "sociedade da informação". Como a senhora define essa "sociedade da informação" e quais são as suas interfaces com uma comunicação democrática?**

**Robin Mansell** - Eu acredito que não há nenhuma sociedade de informação global singular. As sociedades de informação existiram historicamente exatamente como elas existem hoje. As sociedades de informação de hoje diferem das do passado na medida em que está crescendo a dependência do uso tecnologias digitais, de redes e de serviços, sobretudo da Internet. A Internet e suas muitas novas aplicações de mídia podem ser usadas por todos aqueles que têm as habilidades e outros recursos necessários a sua utilização – estejam onde estiverem. Isso significa que seja onde for que as pessoas o desejem, há novas oportunidades de realizar diferentes tipos de diálogo crítico, tanto local como globalmente, sobre questões de governança e de participação democrática. Mas, igualmente, a mesma tecnologia pode ser usada por aqueles que procuram subverter os processos democráticos, existentes ou novos. A interface principal está, conseqüentemente, entre aqueles que encontram as vozes novas que conduzem à participação ativa em processos democráticos; mas não há nenhuma garantia de que estas vozes serão ouvidas.

**IHU On-Line - A "informação" que caracteriza a sociedade contemporânea não está "contaminada" pela ação dos monopólios e seus interesses comerciais? Em outras palavras: como garantir que o acesso às novas tecnologias estimule a produção de conteúdos plurais?**

**Robin Mansell** - Eu não acho que existam quaisquer garantias, enquanto garantias. A Internet e os novos meios de comunicação são um vasto "ciberespaço", que tem apenas uma parte povoada e seus limites delineados por interesses comerciais e pela mídia. Entretanto, como ocorre com todos os espaços em rede, a pergunta é se são principalmente os interesses comerciais que dão forma ao desenvolvimento dos meios novos no futuro. Uma vez que esse perigo existe, a necessidade, hoje, de novas políticas públicas e de regulamentação, é ainda maior, não para inibir a atividade comercial, mas para proteger e expandir "terras comuns abertas", para criar espaços para conteúdo midiático alternativo, e para promover criatividade e novas formas de diálogo e de ação, como descrito acima. Enquanto os meios tradicionais (serviço comercial e público) migram para plataformas digitais, um argumento é de que existe tanto espaço para pluralidade por causa da tecnologia, que o papel a ser desempenhado pelas políticas públicas e pela regulamentação podem simplesmente desaparecer. Eu não concordo com esta posição, porque ela não considera o fato de que os meios comerciais tradicionais têm bem mais recursos para atrair cidadãos/consumidores ao seu conteúdo, ou ainda o fato de que, como consumidores da mídia, as pessoas desenvolvem ainda uma escala razoavelmente estreita das preferências. A escassez é criada de novas maneiras na idade digital, e o processo da monopolização continua, ainda que sob novas formas. Isso significa que há ainda um papel importante a ser desempenhado pelas políticas públicas e pela regulamentação nacionais da mídia para promover o pluralismo o quanto for possível.

***IHU On-Line* - A senhora considera que, de maneira geral, as universidades estão atentas a essas questões e preocupadas com a formulação de políticas públicas que as regulem?**

**Robin Mansell** - Eu penso que há mais e mais programas baseados em universidades que ensinam e realizam pesquisas sobre essas questões. Nós nos consideramos uma delas. Mas há ao menos dois problemas: 1) a dominância de posições econômicas e legais tradicionais com relação à regulamentação significa freqüentemente que o que é ensinado e as propostas para a política são uma reflexão do passado, e não levam inteiramente em conta as questões levantadas acima; 2) mesmo onde há uma aproximação interdisciplinar com base ampla que incorpore uma visão das implicações sociais, culturais e políticas das tendências no desenvolvimento de novas mídias, continua muito difícil moldar eficazmente a política e a regulamentação e, ao mesmo tempo, proteger determinados direitos - a liberdade de expressão, por exemplo, que é fundamental à democracia. Neste estágio do surgimento de tipos novos de sociedades de informação, eu acredito que nenhum governo ou região encontraram soluções. Haverá uma necessidade de consideração, discussão e transição dessas questões à medida que elas forem surgindo. Que a discussão deve incluir, na medida do possível, todas as partes envolvidas, e não ser limitada aos "peritos".

***IHU On-Line* - Na sua opinião, os meios de comunicação devem estar submetidos a algum tipo de controle? Qual? Estatal? Público? Como a Inglaterra enfrenta essa questão? Que modelo adota?**

**Robin Mansell** - Estas são perguntas muito amplas e importantes. Atualmente, o Reino Unido decidiu ter apenas uma agência reguladora centralizada que integra cinco agências reguladoras anteriormente separadas (incluindo transmissão, padrões de publicidade, telecoms, atribuição de freqüência de rádio). Espera-se que pondo tudo isso sob a égide de uma única agência, haja uma coordenação melhor da política e da regulamentação de acordo com um mundo de serviços eletrônicos convergentes e de todos os tipos. Entretanto, ao mesmo tempo, há uma opinião de que menos regulamentação e mais liberalização do mercado sejam necessários para os meios tradicionais de transmissão e que não deva existir nenhuma regulamentação da Internet, exceto sob a legislação existente onde há uns interesses sobre calúnia e difamação, e atividades criminais de vários tipos. Sempre que a palavra "controle" é usada; a reação predominante é simplesmente de que a Internet não pode e não deve ser controlada. Esta é a opinião majoritária dos elaboradores de políticas públicas com relação aos meios novos. Mas - separadamente - outros elaboradores de políticas públicas, preocupados com a privacidade, o terrorismo, e as questões de vigilância e ordem estão muito interessados em ver o ciberespaço se tornar mais confiável e menos arriscado. Gostariam de ver códigos de prática voluntários para projetos de software, para a captação de informação, etc. Não há, contudo, nenhum consenso sobre se isso poderia ser obtido ou sobre quem deveria tomar iniciativa -- o setor público ou o setor privado.

***IHU On-Line* - Como podemos despertar o interesse da população em geral sobre a importância dos estudos sobre a mídia e a comunicação, de um modo geral?**

**Robin Mansell** - Eu penso que nossa posição nesta questão é que nós podemos mostrar às pessoas por que é muito importante estudar a mídia e as comunicações se nós pudermos lhes mostrar como e por que os estudos, nesta área, são fundamentais e importantes para a maneira com que elas compreendem o mundo em torno; que qualquer que seja o espaço de manobra para a ação local ou ação através das redes globais depende desse estudo; como os

meios ajudam a forjar suas identidades, sua compreensão das outras pessoas a seu redor e de outros que estão distantes. De uma certa maneira, este é um objetivo fundamental de nosso programa. Nós publicamos não apenas em jornais acadêmicos, mas tentamos também fazer um trabalho mais acessível. Nós todos participamos freqüentemente em fóruns de política pública aqui neste país e alguns de nós são muito ativos em fóruns internacionais.

## “PODER DISPERSO E ACESSO DESCENTRALIZADO”

### Entrevista com Norman Solomon

*Uma mídia democrática deve ser aberta à diversidade; seu poder deve ser disperso e o acesso a ela, descentralizado. Esse é o sonho de Norman Solomon, jornalista norte-americano, mentor do FAIR - Fairness & Accuracy in Media In Reporting ([www.fair.org](http://www.fair.org)), dedicado à crítica da mídia e à identificação de notícias tendenciosas. Publica a revista bimensal **Extra**. Com artigos sobre a influência do governo e das corporações sobre a mídia, denuncia casos de censura e reportagens preconceituosas, principalmente contra mulheres, assalariados e minorias. Tem ainda um programa semanal de rádio, divulgado em 90 estações do país, a maioria não-comerciais e mantém uma coluna semanal em 20 jornais diários. É autor de nove livros, entre os quais **Fontes não confiáveis** e **O Iraque na mira: o que a mídia não conta**. **IHU On-Line** o entrevistou através do correio eletrônico.*

**IHU On-Line - O senhor é conhecido como um dos mais duros críticos da mídia norte-americana e mundial. Como o senhor definiria, de maneira ampla, a atuação mundial da mídia?**

**Norman Solomon** - Os meios variam muito. Em algumas sociedades, a repressão do governo implementa a censura estatal. Em outras sociedades, tais como o Brasil e os Estados Unidos, há uma liberdade da imprensa que é, no entanto, limitada pelo poder do capital. A qualidade dos meios tem uma gama muito diversificada dentro de nossas sociedades capitalistas associadas às grandes empresas, mas a tendência dos meios de comunicação de massa é de homogeneizar e incentivar o consumismo, assim como dar prioridade aos interesses do lucro e das grandes empresas.

**IHU On-Line – O senhor acredita que há espaço para uma mídia progressista? Isso estaria ocorrendo em algum lugar? Onde? Praticada por quem?**

**Norman Solomon** - Os esforços das organizações de base para apoiar e promover mídias progressistas aproveitam o espaço das sociedades que permitem algumas liberdades democráticas consideráveis. Aqueles que podem se beneficiar, incluem aqueles que são, em grande parte, excluídos dos meios de comunicação de massa que estão nas mãos de grandes empresas. Tentam incluir, em especial, aqueles com rendas baixas e pouco poder político.

**IHU On-Line - Na sua opinião, a população em geral compreende as críticas que são feitas à mídia?**

**Norman Solomon** - Nos Estados Unidos, a crítica de mídia tende a ser, em sua maior parte, bastante superficial. Muito dela é "da casa" -- de fato, sustentada pelas mesmas instituições de mídia que a crítica de mídia supostamente desafia. O crescimento de instituições de esquerda independentes, que desafiam as grandes empresas, nos Estados Unidos, ajudou a propagar uma abordagem cética com relação ao "consumo" de notícias, mas geralmente as críticas de

mídia dominantes ainda são superficiais e não conseguem desafiar o núcleo do poder das grandes empresas de comunicação.

**IHU ON-Line - Disso se consegue extrair alguma reação produtiva? Os debates no Fórum Social Mundial, por exemplo, do qual o senhor participou, apontaram para algumas soluções de enfrentamento do poder da mídia?**

**Norman Solomon** - As reações ao *status quo* da mídia podem ser construtivas – analiticamente, sugerindo maneiras diferentes de olhar os meios de comunicação de massa e esforçando-se para criar canais de divulgação de modelos de mídia e organizações paralelos, ou alternativos.

**IHU On-Line - O senhor acredita que os governos têm algum papel importante a desempenhar no controle da mídia? Ou essa é uma tarefa basicamente da sociedade civil?**

**Norman Solomon** - Na maioria dos casos, parece que os governos não têm nenhuma motivação positiva para incentivar ou sustentar um jornalismo melhor. Os líderes do governo querem que a mídia sirva seus interesses, e a composição do governo geralmente torna esses interesses incompatíveis com os interesses democráticos da maioria, devido a, por exemplo, questões de classe econômica. Eu acredito que desafiar as grandes empresas de comunicação e realizar campanhas por meios de comunicação de massa melhores é, primeiramente, uma tarefa da sociedade civil, embora o poder do governo deva ser aproveitado para confrontar as instituições poderosas dominantes dos meios que existem atualmente.

**IHU On-Line - Nesse sentido, o senhor deposita alguma esperança no governo brasileiro?**

**Norman Solomon** - Eu não sei. O governo de Lula foi um pouco decepcionante até agora. Eu digo aos brasileiros: politicamente, Lula está começando a comportar-se bastante como o presidente Bill Clinton, bancando o "triangulador".

**IHU On-Line - Qual é a mídia dos seus sonhos?**

**Norman Solomon** - Discurso democrático, fluxo de informação e debate; o poder disperso extensamente; acesso descentralizado às comunicações; abertura e diversidade genuínas que reflitam nossas sociedades.

## “A TELEVISÃO ESCONDE O FATO DE SER UMA CONCESSÃO PÚBLICA”

### Entrevista com Laurindo Leal Filho

*A televisão é o veículo que informa a maioria dos brasileiros e deles esconde que é uma concessão pública. Além, disso, aos telespectadores lhes parece que ela chega sem custos, inibindo eventuais reclamações sobre a sua má qualidade. Esse é uma das opiniões do professor da Universidade de São Paulo e estúdios da televisão Laurindo Leal Filho. Graduado em Ciências Sociais pela USP, cursou o mestrado em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Sua dissertação teve o título “A cultura da TV”, e foi orientada por Octavio Ianni. É também doutor em Ciências da Comunicação, pela USP, título obtido com a tese “A universidade no jornal”, e livre-docente também pela USP com a tese “O modelo britânico de rádio e televisão: a convivência entre o público e o privado”. É pós-doutor pela University of London (UL), em Londres. Laurindo Leal Filho é autor de A melhor TV do mundo. O modelo britânico de televisão.*

*São Paulo: Summus, 1997. Integra a ONG TVer (www.tver.org.br), um grupo de trabalho que reflete sobre a responsabilidade social e pública da televisão no Brasil, propondo-se a contribuir com elementos de reflexão sobre a qualidade da programação televisiva. Ele nos concedeu, por correio eletrônico, esta entrevista.*

**IHU On-Line - Como o senhor definiria uma “comunicação democrática”?**

**Laurindo Leal Filho** - As formas de comunicação que espelhem - em igualdade de condições - as diversas correntes de pensamento existentes na sociedade. Para isso é necessário que o Estado garanta aos setores menos privilegiados economicamente recursos e canais capazes de conduzirem suas idéias e valores.

**IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre a comunicação no Brasil, especialmente a eletrônica?**

**Laurindo Leal Filho** - Ela está brutalmente concentrada nas mãos de um número restrito de grupos políticos e econômicos que a usam em benefício próprio. Diferentemente dos meios impressos que circulam em canais privados (compra e venda em bancas ou por meio de assinaturas), os meios eletrônicos trafegam pelos canais públicos, outorgados aos concessionários pelo Estado, em nome da sociedade. São bens escassos e finitos, necessitando, portanto, de regulação e controle social, o que não ocorre no Brasil. A legislação que regula o setor é de 1962 (Código de Radiodifusão) e não dá conta mais das transformações tecnológicas vividas pelo setor e nem das profundas mudanças culturais ocorridas no País durante esse período. A comunicação eletrônica no Brasil atua num vácuo legal.

**IHU On-Line - O senhor acha que a sociedade precisa exercer algum tipo de controle sobre os meios de comunicação? Como? Quais tipos de controle?**

**Laurindo Leal Filho** - Sim, como ocorre em grande parte das democracias em todo o mundo. Por serem concessões públicas, a sociedade deve possuir instrumentos para controlá-las. Reino Unido, França, Alemanha, Portugal, Chile, Austrália são alguns países que possuem conselhos públicos de radiodifusão com poderes para fiscalizar e punir concessionários que infringem as regras de concessão, as leis do país e mesmo os que afrontam valores éticos e morais da sociedade. São órgãos que recebem as queixas da população, as analisam, chamam os concessionários para discuti-las e, se for caso, exercem o poder de puni-los.

**IHU On-Line - Qual o papel da sociedade civil nesse debate? Ela está preparada para isso? Quando alguém abre uma torneira e sai água suja, por exemplo, sabe a quem reclamar e o faz imediatamente. Por que isso não ocorre com as programações de televisão, quando elas são de má qualidade?**

**Laurindo Leal Filho** - Porque infelizmente no Brasil a absoluta maioria da população só se informa pela televisão e esta esconde o fato de ser uma concessão pública. E o que é pior, por aparentemente chegar a todos os domicílios sem custo para o telespectador, este não se julga no direito de reclamar do que é ruim. E para completar, com a falta de órgãos reguladores, não há a quem reclamar. Diferentemente do que ocorre com outras concessões públicas, como a água, a energia ou os transportes, por exemplo.

**IHU On-Line - Como vem atuando a ONG TVer? Quais os ensinamentos resultantes dessa experiência? A "leitura" que a população faz da televisão condiz com a expectativa de uma comunicação democrática?**



**Laurindo Leal Filho** - A ONG TVer, ao colocar um site no ar e exercer a crítica pública da programação da TV, apareceu para os que a ela têm acesso como uma verdadeira tábua de salvação. Como disse na resposta anterior, a inexistência de um organismo institucional de controle faz com que muita gente, angustiada com a baixa qualidade da TV, busque a ONG TVer para desabafar. Além das denúncias publicadas no site, a ONG realizou algumas ações junto às emissoras e ao Ministério Público, exigindo que as emissoras respeitem pelo menos a lei (a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor - já que a lei de radiodifusão, como já disse, só protege os concessionários).

**IHU On-Line** - Por que os governos costumam colocar em segundo plano essas questões? Quais são os prejuízos sociais e culturais resultantes dessa apatia governamental?

**Laurindo Leal Filho** - As conseqüências são as mais nefastas e amplas possíveis. Entre elas destaco o perigo que esse pensamento único veiculado pela TV representa para a democracia. Seu poder é brutal, impondo políticas públicas e governantes quase sempre comprometidos com os interesses dos grupos que controlam os meios de comunicação. O caso do Rio Grande do Sul, com o monopólio da RBS, é emblemático e mostra a distorção informativa a que estamos submetidos. Isso para não falar na destruição das produções culturais não comprometidas com o mercado e com a imposição de gostos e valores quase sempre distantes das raízes culturais brasileiras.

## CONCENTRAÇÃO DE ANÚNCIO NA TV PREOCUPA O "SR. MÍDIA"

### Entrevista com Daniel Barbará

*O jornal Gazeta Mercantil publicou, em 30-04-2004, sob o mesmo título, a entrevista que aqui reproduzimos, pela sua afinidade como o tema de capa desta edição. O texto destaca uma das deformações da comunicação no Brasil: a exagerada prevalência do meio televisão sobre os demais. Daniel Barbará iniciou sua carreira na área de mídia em 1964, na Record Propaganda no Rio de Janeiro. De 1970 a 1981 esteve na McCann Erickson nos escritórios de Rio, São Paulo e Rio novamente. Em 1981 vai para DPZ/Rio e em 1984 volta a São Paulo para assumir a Diretoria de Mídia da DPZ Propaganda S.A. Estudou Economia na Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). Atualmente é Diretor Comercial da DPZ Propaganda Ltda. e membro do Conselho Superior do Grupo de Mídia de São Paulo.*

Daniel Barbará é um nome sonoro no mundo da comunicação brasileira. No domingo ele completa 40 anos, desde que pisou pela primeira vez numa agência de publicidade. Lembra que ao chegar, com 17 anos, não sabia o que era publicidade e muito menos o que se fazia no departamento de mídia, onde desembarcou. "Eu não fazia a mínima idéia do que se produzia ali." Dos idos de 1964, Barbará recorda dos bondes com que cruzava o Rio em direção à agência, a Record Propaganda, de médio porte. Ali, acumulava as funções de responsável pelas tabelas de preços dos veículos, o arquivo de jornais e revistas e os serviços de datilografia.

Do lado de cá, do longo túnel do tempo, aquele garoto tornou-se uma espécie de "Senhor Mídia" da propaganda brasileira. É a referência dos que querem saber o que sobe e o que desce na comunicação. E do alto dessa visão privilegiada, Barbará se preocupa com o que ele

define como a concentração da mídia nas mãos da TV, hoje dona de mais de 60% das verbas da propaganda no País.

Daniel Barbará, referência na área de mídia na propaganda brasileira, completa 40 anos no setor. "A televisão é uma paixão nacional que não pára de crescer". Mas para ele essa concentração não é boa para o conjunto da comunicação. Segundo a última pesquisa Intermeios, da revista semanal Meio & Mensagem, em 2003 a TV voltou a receber mais de 60% do total de verbas da propaganda brasileira. Nos Estados Unidos, ela gira na casa dos 50% e em países próximos como a Argentina, leva menos da metade dos investimentos.

Aos 57 anos, o agora diretor comercial da DPZ, uma das maiores agências do País e que tem capital 100% nacional, começou na Record, uma agência média da época no Rio. Foi chamado pela McCann-Erickson no início dos anos 70 e dez anos depois assumiu a direção de mídia da DPZ carioca, tendo sido transferido a São Paulo há exatos 20 anos. Um trajeto no ritmo do próprio desenvolvimento da publicidade brasileira, que começou a profissionalizar-se nos anos 60 e transferiu o centro nervoso do Rio para São Paulo na mesma época. De seu escritório, na sede da DPZ, nos Jardins, em São Paulo, ele falou com exclusividade à Gazeta Mercantil.

#### **Gazeta Mercantil - Quais são as lembranças do início?**

**Daniel Barbará** - Quando me perguntam de 40 anos atrás, a primeira imagem que me vem é a do bonde que eu tomava para ir trabalhar. Era bom e barato. Eu sustentava minha mãe e uma irmã e arrumei emprego num lugar que eu não sabia o que era. A Record era uma agência média, e eu fiquei lá por seis anos. Depois de cinco anos, virei chefe do departamento de mídia. Daí, me chamaram na McCann. Logo em seguida, dividiram internamente as atividades entre mídia impressa e eletrônica. E eu fui para a eletrônica.

#### **Gazeta Mercantil - E na época o rádio ainda era muito forte...**

**Barbará** - Muito forte. O volume de anúncios no rádio, naquele momento, era enorme, até que a televisão foi ocupando todos os espaços.

#### **Gazeta Mercantil - Quando São Paulo entrou na história?**

**Barbará** - A McCann me mandou para cá por uma semana. E eu me apaixonei por isso aqui, porque o movimento aqui já era muito maior do que o do Rio. Depois de alguns anos, vim e fiquei. Foi uma fase em que crescemos muito tecnicamente. Começamos a fazer os primeiros processamentos de dados para simulação de mídia, num computador no centro da cidade, que ocupava uma sala inteira cheia de ventiladores para esfriar a máquina. Demorava um dia para ter o resultado, mas foi o momento em que o trabalho em mídia tornou-se mais técnico.

#### **Gazeta Mercantil - E a DPZ?**

**Barbará** - A McCann me mandou de volta ao Rio, contra a minha vontade. Logo depois a DPZ Rio me chamou para ser diretor de mídia, como na própria McCann. Curiosamente, em seguida, a DPZ fez o mesmo: me mandou a São Paulo para outro trabalho temporário e, em 1984, eu já estava aqui definitivamente. Mais tarde passei a ser diretor comercial.

#### **Gazeta Mercantil - O senhor acha que a publicidade influencia o comportamento social?**

**Barbará** - A propaganda cria modismos - e muitos questionam se não criamos modismos demais. Mas a gente não criou nada que as pessoas já não fizessem. Ninguém nunca conseguiu mudar a vontade do consumidor. A menos que você conseguisse oferecer um produto melhor, mais competente. Um bom exemplo é o da Gillette, que, mesmo com tantos recursos, nunca conseguiu ser competitiva na lâ de aço. Ela tentou entrar misturando esponja

com sabão, investiu muito dinheiro nisso, mas nunca conseguiu mudar o hábito da dona de casa de usar Bombril.

**Gazeta Mercantil - A propaganda, então, tem menos poder do que se imagina?**

**Barbará** - Ela sempre foi boa, criativa, competente. Mas nunca conseguiu mudar o credo da missa. Botou música, deixou de rezar em latim, mas é capaz de mudar o credo. Um exemplo disso é a televisão, que se tornou a principal mídia no País. Ela começou extremamente elitista, mas teve que se popularizar. Tornou-se um espelho da sociedade e hoje é uma mediadora que influencia tanto o consumidor quando a propaganda. E a propaganda tenta atender esse consumidor de televisão.

**Gazeta Mercantil - A televisão exerce uma atração maior no Brasil do que em outros países?**

**Barbará** - Somos uma sociedade televisiva, o que até certo ponto é preocupante. Há um fascínio nacional pela televisão. A programação de TV é o maior sucesso, todo mundo vê. A crítica das pessoas contra a televisão é totalmente falsa, como ocorre com tudo o que desperta muita paixão. Esses dias, a personagem da novela ia bater na vilã e o capítulo deu 58 pontos de audiência! Na Inglaterra, por exemplo, a paixão é dividida com os tablóides. Eles lá é que vendem um monte.

**Gazeta Mercantil - Mas que tipo de preocupação o senhor tem com o sucesso da televisão no País?**

**Barbará** - É que a sociedade brasileira virou uma sociedade absolutamente dominada pela televisão. E esse fascínio continua crescendo. No ano passado, as verbas entre as emissoras passaram de 60% do total da mídia. O lado bom é que nós temos um talento incomum nessa área, e a televisão tem qualidade, no sentido de fazer bem o que se propõe. As novelas atendem o que as pessoas querem e tudo mundo vê. Não falo do nível intelectual de parte dos programas em si. Essa é uma crítica com que não concordo: de que a TV brasileira não tem qualidade. Ela é e sempre será espelho da sociedade.

**Gazeta Mercantil - Mas será que, na tentativa de ser espelho, as emissoras não acabam subestimando a sociedade?**

**Barbará** - Eu acho que isso se resolve com uma certa democratização da própria televisão. Saímos de um modelo de cinco donos de emissoras e vamos para um modelo mais fragmentado. O número de canais cresce e amplia a oferta, e as pessoas vêem o que preferem. E a TV a cabo cresce e já tem oferecido uma programação de qualidade para uma parcela da sociedade.

**Gazeta Mercantil - Essa concentração ameaça outros setores?**

**Barbará** - Eu acho que há um limite para uma empresa operar. Do lado da mídia impressa, as revistas vinham caindo, agora se recuperaram um pouco. Os jornais também sofreram nos últimos tempos. Se você imaginar a quantidade de pessoas que trabalha nas editoras, você fica preocupado com o crescimento da mídia de um lado só.

# DESTAQUES DA SEMANA

## Artigo da Semana

### A MORTE ANUNCIADA DO PETRÓLEO

**Rogério Cezar de Cerqueira Leite**

*O presente artigo foi publicado originalmente pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 02-05-2004. O autor é físico e professor emérito da Universidade de Campinas. Sobre a questão energética, **IHU On-Line** publicou, na edição nº 67, de 07-07-2003, uma resenha do livro **A economia do hidrogênio**, São Paulo: Mbooks, 2003, de J. Rifkin, e uma entrevista com o seu autor.*

Em janeiro deste ano, pela primeira vez na história, uma companhia de petróleo, a Shell, revelou que havia superestimado suas reservas comprovadas. O engano teria sido de 20%, ou seja, 3,9 bilhões de barris equivalentes de petróleo (BEP), o mesmo que seis anos e meio do consumo brasileiro. Como consequência imediata, as ações da Shell caíram 7%. Outras companhias congêneres também sofreram reflexos negativos no mercado, embora afirmassem reiteradamente que seus processos de avaliação eram mais seguros. Obviamente ficaram dúvidas.

O valor de ações de companhias de petróleo e gás variam diretamente com as dimensões de suas reservas comprovadas. Trivial, não é? Entretanto, como só as companhias, de acordo com seus próprios métodos, realizam essas avaliações, têm elas interesse em superdimensionar suas reservas comprovadas. O parâmetro que é convencionalmente usado para exprimir esse valor é a razão entre a reserva comprovada e a produção, R/p. Quanto maior esse número, maior o valor da companhia. A Petrobras, por exemplo, conseguiu manter seu parâmetro R/p aproximadamente constante, em torno de 17, de 1997 a 2002. Todavia o R/p das reservas prováveis caiu vertiginosamente nesse mesmo período, de 80% para 30% do R/p das reservas comprovadas. Deduz-se que reservas consideradas apenas prováveis foram se convertendo progressivamente em comprovadas. Muita sorte, não é? Esse acontecimento pode ter resultado de avaliações técnicas mais precisas ou, alternativamente, de um crescente e oportuno otimismo.

Um acontecimento ainda mais grave foi o estabelecimento pela Opep de cotas para exportação. Como essas cotas eram proporcionais às reservas, subitamente, em 1988, cinco dos países-membros tiveram suas reservas aumentadas em um ano por um fator que multiplicou por duas a três vezes as dimensões das reservas anteriores. Os demais membros também mudaram suas reservas, pouco antes ou depois, em fatores comparáveis. Esse insólito acontecimento foi a principal causa do mito de que, "quanto mais se consumia, mais cresciam as reservas de petróleo". Mito tão poderoso que até hoje, quando novas descobertas não repõem sequer 30% do consumo anual, altas autoridades brasileiras no setor ainda o repetem, como papagaios. A farsa se ampliou em meados da década de 90, quando uma série de artigos de funcionários de empresas de petróleo e também de alguns acadêmicos reagiu às previsões supostamente pessimistas de logo depois da crise do petróleo, em 73. Grande influência tiveram as avaliações de P. R. Odell, que, entre 1994 e 1999, concluíam enfaticamente que não estava o planeta

"ficando sem, mas se aprofundando em petróleo", ignorando completamente a natureza da "guerra das quotas" da Opep.

Outro fator de cizânia foi o uso simplório por muitos analistas da grandeza R/p, mesmo quando levaram em consideração o crescimento da demanda e outros fatores. Esqueciam a natureza física da extração, fosse para um poço solitário, fosse para um campo, fosse para uma província petrolífera -ela segue inexoravelmente uma curva que cresce inicialmente com o tempo, atinge um pico e decresce lentamente, até o esgotamento. Já em 1995, considerando o aproveitamento de reservas prováveis e a descoberta de novos campos, Campbell e Laherree publicaram avaliações que vêm sistematicamente sendo confirmadas e, atualmente, nenhum analista pensante discorda do essencial desses resultados.

O que apresento em seguida é praticamente o consenso de especialistas independentes. Em resumo, a produção de hidrocarbonetos fósseis em geral, inclusive o petróleo de águas profundas, os petróleos não-convencionais, os pesados, o polar e o gás natural, convencional e não-convencional, deve ter seu pico em 2010 -produção essa que estará reduzida à metade em 2050, quando será insuficiente para suprir 20% da demanda de combustíveis líquidos, na melhor das hipóteses.

O petróleo convencional já atingiu um platô de produção máxima com 27 bilhões de barris por ano, que se estenderá até 2010, devendo cair então rapidamente, chegando em 2050 a apenas 8 bilhões. O gás natural alcançará o pico de produção dentro de 15 anos. Essas previsões pressupõem um crescimento médio da economia mundial de 2,5% ao ano e a contribuição de reservas a serem descobertas.

O caso do Brasil não é menos preocupante. De fato, como está previsto, é possível que alcancemos em dois ou três anos a auto-suficiência. Mas essa felicidade vai durar pouco. Com o atual ritmo de investimento e na hipótese de um crescimento econômico de 3% ao ano, um ano após ser atingida essa auto-suficiência, ela será perdida rapidamente e, em menos de 10 anos, estaremos com uma deficiência de mais de 50%. Aumentar o ritmo de investimento apenas deslocaria o pico por algum tempo, mas tornaria mais abrupto o esgotamento. Todavia, devido à biomassa energética, principalmente o álcool combustível, o Brasil terá melhores perspectivas a médio prazo do que o resto do mundo, que terá de recorrer ao carvão para produzir combustíveis líquidos, a custos provavelmente bastante mais elevados.

## Análise de Conjuntura

### EM DEFESA DO MORALISMO

Por Ruy Fausto

*O presente artigo foi publicado originalmente pela **Folha de S. Paulo**, em 02-05-2004. **IHU On-Line** publicou uma entrevista com Ruy Fausto na edição nº 86, de 01-12-2003, transcrita da **Folha de S. Paulo** de 29-11-2003 e, na edição nº 90, de 01-03-2004 o artigo "A esquerda na encruzilhada", também extraído da **Folha**, de 11-01-2004. Ruy Fausto é ex-professor da Universidade de Paris 8, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e um dos maiores estudiosos da obra de Kant e do marxismo. É autor de vários livros sobre a dialética e seu sentido contemporâneo. Entre eles, **Marx: Lógica e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987; **Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: a produção capitalista**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.*

Este texto se refere em parte aos acontecimentos recentes em torno de um caso de corrupção envolvendo um assessor de um ministro, mas, de um modo mais geral, ele concerne ao

estatuto atual da ética e, em particular, ao papel que a esquerda deve conceder à ética no interior da política. Há uma estranha unanimidade (não só na esquerda) em torno da condenação do "moralismo". Digamos desde já: se "moralismo" significa a recusa de toda e qualquer aliança em política, a crítica do moralismo se justifica plenamente. O imobilismo total em nome da pureza política absoluta é a pior das coisas. E sabe-se que o discurso moralista vazio ou extremo pode servir como ideologia e se interverter no seu contrário. Mas não se trata disso. Tentarei mostrar que, por trás da crítica do "moralismo", existe outra coisa: uma carga de preconceitos anti-éticos que é preciso desmistificar.

A crítica da moral (neste texto, uso "moral" e "ética" como sinônimos) é um "leitmotiv" do pensamento "contemporâneo". Ela está em Nietzsche, em Marx e foi possível tirá-la de Freud. Assim, a crítica à ética põe no mesmo campo filosofias opostas. Entre nós, há um fenômeno semelhante. Um filósofo conhecido desenvolveu o tema da "zona de amoralidade" inerente à política. Volto a esse tema, não porque ache que seu discurso seja pertinente, mas porque esse discurso continua circulando sem crítica.

O autor tentou se explicar, dizendo que amoralismo não é antimoralismo. Mas, como tentei mostrar em outro lugar, o termo "amoral" designa certamente o que é contrário à ética, já que "imoral" passou a ter sobretudo a conotação daquilo que fere o puritanismo em matéria sexual ou de "bons costumes" (o que -fora os casos de violência, pedofilia inclusive-, nada tem a ver com a ética).

A tal "zona de amoralidade", segundo o mesmo filósofo, seria inerente a toda competição. O que significa que ela habitaria não só a grande política, mas também a universidade, a vida pessoal etc. A respeito do caso Collor, ele dizia explicitamente que, em política -e, na realidade, para ele, na competição em geral- o limite era a revelação dos fatos: desde que se consiga não ser descoberto, não há objeção. A leitura pretensamente vulgar dos textos desse filósofo é, assim, a leitura que nos dá a essência deles.

O que se confirma, aliás, pela intervenção recente do seu autor a propósito do caso em tela. Retomando o seu discurso habitual, ele termina não pedindo mais exigência moral ao PT, mas pedindo menos... O PT deveria ser "menos juiz e mais empreendedor". Isto é, o PT deve tolerar mais do que tolera (dentro e fora dele, sem dúvida), desde que "faça". Eu poderia mostrar que, em outros registros, a tendência a pôr a ética entre parênteses aparece também em outros filósofos e cientistas sociais do país.

Minha posição -começo pelo problema das alianças- é a de que, se um partido como o PT é obrigado a fazer alianças, estas devem ter limites de dois tipos, políticos e éticos. E, no interior de cada um desses limites, seria preciso distinguir os casos extremos (o das personalidades ou partidos claramente reacionários ou notoriamente corruptos), para os quais as alianças são vedadas em termos mais ou menos absolutos; e os outros casos, em que dependem em geral das circunstâncias.

Mas admitir limites éticos não seria cair no moralismo? Situo-me no interior da perspectiva de uma esquerda democrática que não visa a instituir, mesmo a longo prazo, nenhuma sociedade comunista e que também rejeita, como caminho fundamental, uma revolução violenta. Se a perspectiva fosse revolucionária e comunista, já aí -é preciso observar- a ética e, em alguma medida, a luta contra a corrupção não estariam totalmente ausentes, mas esta última, sobretudo, teria um papel subordinado.

Porém na nossa perspectiva, a luta contra a corrupção passa a ser, de algum modo, um objetivo estratégico. E, sendo assim, a transigência em relação aos corruptos, enquanto meio para realizar um fim que tem como elemento importante, precisamente, a redução radical da corrupção, produz uma "má" contradição que leva a um impasse. O meio -que aliás tende a uma multiplicação "infinita"- bloqueia a realização do seu fim. (A perspectiva que defendo é pós-

dialética: a experiência do século 20 nos obriga a pôr o que o marxismo apenas pressupunha. O que não significa fundamentar, sem mais, a política na ética. Quanto às posições que critico, elas são pré-dialéticas).

Mas, se nem todos os meios são válidos, quais são os limites para a ação? E qual a diferença entre os limites da ação no plano da política ou da grande política e no plano da vida dita pessoal (ou também na micropolítica)? Os limites no interior da política -refiro-me aos limites éticos da política, há limites especificamente políticos, já indicados- são, em grandes linhas, jurídicos. Mas, atenção, limites jurídicos não são, como se pretendeu, os de saber se fulano foi ou não condenado pela Justiça. Os políticos desonestos têm meios de escapar da Justiça, sendo o mais simples deles a compra dos juízes. A fortiori, o limite não pode ser o de não ser descoberto... O limite ético, no interior do plano da grande política, é, em grandes linhas, o de saber se, objetivamente, houve ou não houve transgressão da lei.

Já no plano da vida dita pessoal, e também no plano do microssocial, o critério jurídico, mesmo no sentido preciso em que o tomei, é insuficiente. É possível fazer coisas totalmente condenáveis sem violar a lei. Manipular uma banca em concurso, ser desleal para com um amigo. Aqui o direito não basta, e intervém a ética. Dir-se-á, fazendo eco a uma frase clássica, que a ética é "impotente". Mas ela seria muito menos impotente -e a política não é onipotente- se todos não se apressassem em dizer que ela é impotente...

Voltando à macropolítica para concluir. A experiência petista só terá êxito se o PT for, ao mesmo tempo, um partido igual aos outros, no sentido de que respeita plenamente as regras democráticas, e um partido diferente dos outros, no sentido de que suas exigências políticas e éticas são de tipo original. Não há política de esquerda pensável -nem viável- sem referência a valores.

## Entrevista da Semana

### AS FÁBRICAS OCUPADAS URBANIZAM A PROPOSTA DO MST

Entrevista com Naomi Klein e Avi Lewis

*Naomi Klein e Avi Lewis são os autores do filme La Toma que conta a experiência argentina das “fábricas recuperadas”, fábricas ocupadas por trabalhadores sob o lema “Ocupar, Resistir, e Produzir”, o mesmo do MST brasileiro. Trata-se de um vigoroso movimento que irrompe a partir da aguda crise econômica argentina ao lado dos movimentos vicinais e dos piqueteiros. Para os autores do filme, “fábricas ocupadas” se trata de um dos movimentos mais radicais e inspiradores da atualidade. Naomi Klein e Avi Lewis – um casal canadense -, têm uma relação profunda e afetiva com a Argentina. Naomi Klein é uma das ativistas do movimento antiglobalização mais respeitadas em todo o mundo. É autora do best seller - quase um milhão de cópias vendidas em todo o mundo - **No Logo. A tirania das marcas em um planeta vendido**. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002 -, livro inspirador dos ativistas antiglobalização. O documentário La Toma (The Thake) é, segundo o jornal argentino **Página/12**, 20-4-04, “um thriller político sobre a globalização: operários que recuperam empresas e as administram sem patrões. O documentário mostra a revolta popular como uma luta contra o modelo neoliberal”. “A Argentina é o lugar para onde o mundo está indo” – afirmam Lewis e Klein que concederam uma longa entrevista ao sítio argentino **Lavaca.org**, 27-4-04, sobre o filme e a luta das “fábricas recuperadas”. Traduzimos e reproduzimos na íntegra a entrevista. A tradução e os subtítulos são dos nossos colegas do Centro*

*de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat, Curitiba, PR aos quais agradecemos. Na edição nº 89 IHU ON-Line, de 12/01/2004, publicamos uma entrevista com o líder piqueteiro Miguel Vitton.*

### **O contexto do filme**

#### **Pergunta - Por que vocês escolheram as fábricas como tema do filme?**

**Naomi Klein** - Porque acreditamos que as fábricas são a alternativa mais concreta de algo novo. Tínhamos planos muito ambiciosos de poder mostrar um espectro muito amplo sobre os piqueteiros, as assembléias, a ocupação de fábricas, e começamos a enfocar mais esta perspectiva porque queríamos contar uma boa história. E que essa história juntasse muitos temas que estão em discussão, como democracia direta, democracia participativa, o direito ao trabalho e as microempresas como resposta à globalização. Sentimos que a história das fábricas recuperadas era o que melhor juntava tudo isso.

A questão é que, quando chegamos à Argentina, as assembléias vicinais eram muito fortes e também os movimentos piqueteiros. Ai é quando decidimos fazer o filme. Voltamos para casa, para o Canadá, juntamos o dinheiro e o equipamento, voltamos vários meses depois, e vimos que o movimento assembleísta tinha decaído muito e que vários movimentos piqueteiros estavam em uma crise política com relação ao governo. Enquanto isso, o movimento de fábricas ocupadas estava crescendo e expandindo-se.

Mas além disso, o objetivo do filme, desde o começo, era centrar-se em alternativas. Mostrar que há respostas, que há outras formas de dirigir uma economia. E isso significa falar de produção. Não é suficiente expor teorias. É preciso ver os exemplos de produção de uma economia alternativa.

#### **‘Fábricas recuperadas’ – uma nova forma de fazer política**

#### **Pergunta - Além da produção material, vocês parecem perceber ali a produção de uma nova forma de fazer política.**

**Naomi Klein** - Sim, é isso mesmo. Não é o único lugar onde se observa uma nova maneira de fazer política, mas ali existe essa combinação de democracia direta no processo de decisões das assembléias, com o espírito, o direito de tomar medidas para satisfazer as necessidades de sobrevivência. São os dois temas que unem o que chamariamos novas políticas ao redor do mundo. Esses dois elementos se vêem em muitos lugares e movimentos distintos, mas acreditamos que se unem de maneira muito poderosa no movimento de fábricas recuperadas.

#### **“Não peça. Tome!”**

#### **Pergunta - La Toma então se refere não apenas à tomada – conquista - de fábricas, mas também à tomada – conquista - de decisões sobre a própria vida.**

**Naomi Klein** - Sim, penso que há muitos significados. Tomar decisões, medidas, tomar o que nos diz respeito e é nosso. Recuperar ativos públicos. Redefinir inclusive o que é público e o que é privado. Mas também se trata de um novo espírito que atravessa o novo ativismo ao redor do mundo. Vi na África do Sul, em um protesto durante a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável e contra a privatização da água, e mal-escrito que dizia: “Não peça. Tome!”. “Dont ask, take!”. É um desafio à forma tradicional de fazer política nesse país, em meu país, e aqui também. Por um lado, pressiona-se o governo, faz-se uma reivindicação, pede-se para fazer valer os direitos das pessoas. Mas esse modelo já não funciona. Assim, o que vemos ao redor o mundo, como o Movimento Sem Terra no Brasil e as fábricas aqui, é que a gente já não pede, mas toma. Há um conflito – inclusive legal - entre o direito à propriedade e estes outros direitos. No Brasil, por exemplo, há leis que dizem que a terra improdutiva pode ser



ocupada e posta a produzir. Em meu país, diz-se que a gente tem direito à moradia, ainda que não se tenha casa. Na África do Sul, a constituição diz que todos têm direito à água. Mas na prática estes direitos não são respeitados e o que se aplica é o direito à propriedade privada com pleno apoio do poder estatal. Então provocar o “Não peça, toma-o”!, não significa roubar, senão tomar o que é nosso mas nos está sendo negando.

#### **Uma experiência que produz teoria a partir da prática**

**Pergunta - O direito ao trabalho, por exemplo. Agora, algo que chama a atenção é o fato que quem tem protagonizado esta tomada e recuperação de fábricas na Argentina não são os operários “conscientizados” do jeito que a esquerda está acostumada a chamar.**

**Naomi Klein** - Penso que este processo desafia a idéia mesma de quem é e o que é a esquerda. Há pessoas que reclamam para si esse tipo de lutas e que cada vez mais não são coerentes com as pessoas que realmente estão tomando as decisões que estão mudando vidas, mudando o mundo, e criando precedentes para coisas novas. Na verdade, nem sei como falar disso sem me meter em problemas (ri). Mas penso que o debate sobre a esquerda já é irrelevante, porque o principal para alguém que de fato lhe importa a justiça social é entender quem está atuando e quem está simplesmente falando.

O interessante é que está se criando teoria a partir desses novos movimentos sociais. Mas é um tipo de teoria que primeiro está sendo testada em uma ação concreta. Se funcionar na prática, sobrevive como teoria. Então, se a democracia direta for uma maneira efetiva de dirigir uma fábrica, sobrevive como teoria.

#### **O movimento de fábricas recuperadas urbanizou a proposta do MST**

**Pergunta - Ou seja que o caráter radical, ou de esquerda, ou como o queira chamar, não depende dos discursos ou programas, mas sim das ações concretas.**

**Naomi Klein** - Sim. Tudo pode começar com uma necessidade prática de um grupo de pessoas de salvar seu emprego. Mas esse ato depois gera a necessidade de outra série de atos, incluindo a mudança das leis, e de uma nova relação com o poder.

Se considerarmos o Brasil e a reforma agrária, acredito que o movimento de fábricas recuperadas urbanizou a proposta do MST (Movimento Sem Terra). Até usam o mesmo slogan: ocupar, resistir e produzir. É a versão urbana do que postulam os Sem Terra. Aí é muito claro que ao ocupar a terra e pô-la a produzir, começam-se a satisfazer as necessidades básicas de sua família, mas isso tem que acontecer ao lado da luta pela reforma agrária. E acredito que o mesmo vale para nós. É preciso que ocorram mudanças radicais nas definições de propriedade privada, de quebra, na relação com as corporações multinacionais, para que isto cresça e seja sustentável.

#### **A esquerda defasada**

**Pergunta - Outra vez o paradoxo. A recuperação de empresas é vista com hostilidade pela direita, mas também pela esquerda que rechaça o modelo das cooperativas e afirma que Brukman é um fracasso, em que pese os trabalhadores terem recuperado a fábrica e estarem produzindo.**

**Naomi Klein** - São pequenos grupos de pessoas protegendo seu próprio poder, sua própria “importância”, e sua autopercepção de que se consideram sujeitos importantes no que diz respeito à evolução da classe trabalhadora. Há muita gente acostumada a falar a favor da classe trabalhadora. É uma longa história de pessoas de classe média falando desavergonhadamente sobre os trabalhadores e as massas. Mas quando a classe trabalhadora começa a falar e a atuar por si mesma, desenvolvendo suas próprias idéias e suas próprias

teorias, convertem-se em uma ameaça enorme para os que acreditam que a melhor forma de respeitar a história da esquerda é nunca ter uma nova idéia (ri). Outra vez estou me metendo em problemas.

### **A emoção**

**Pergunta - Que mudanças notaram nos operários com os que estiveram em contato durante a filmagem?**

**Naomi Klein** - Vimos mudanças muito grandes desde o dia da ocupação. A primeira transformação teve a ver com a confiança e a dignidade. Havia muita vergonha em vários dos homens porque estavam sem emprego, ou fazendo trabalhos precários e informais, como catadores. Tinham desconforto em admiti-lo, em falar a respeito. Há uma cena do filme que me impressionou muito: quando ganham a Lei de Expropriação, e entretanto choram. Foi um momento muito estranho ao filmá-lo. Essa cena eu dirigi porque o Avi estava em Neuquén. Eu esperava que as pessoas ficassem contentes. Mas não. Todos desmoronaram. Recordo que no dia seguinte disse ao Avi: “Aconteceu isso, e não sei por que. E nossos espectadores não vão entender por quê”. Depois compreendi que o que ocorreu naquele momento é que tinham passado tanto tempo contendo-se com seu papel como chefes de família, tratando de ser valentes e duros, que, quando finalmente ocorreu algo bom, isso lhes deu permissão para desmoronarem.

Ali pudemos entender muito melhor o que tinham passado, e conseguimos pôr algo disso no filme para que o público possa compreendê-lo. Não estão chorando de alegria. Estão chorando porque finalmente tiveram um pouquinho de espaço para sentirem o quanto estiveram sofrendo. Assim vimos mudanças desse tipo. Não só neles. Também em nós. Todos mudamos. E depois dessa vitória, as pessoas começaram a sentirem mais confiança para falar.

Outra mudança muito forte, ao viver tudo o que viveram, é que conseguiram evitar que houvesse novos chefes, novas hierarquias entre eles. Assumiram uma democracia direta, em assembléia. Eu gostaria de adicionar algo sobre isso. O momento mais triste, ao observar a evolução de qualquer movimento político ou social, é ver como estes movimentos nascentes, que estão tratando de encontrar sua própria voz, novas formas de relações e de poder, se afastando do poder, concentrado e criando novas oportunidades, vêem-se interrompidos e sabotados por gente que não tem compromisso com a democracia.

Vimos as assembléias vicinais onde havia um interessante processo. As pessoas se reuniam, falando com sua própria voz, experimentando, sem dogmatismo, e depois os partidos políticos entraram e uma vez mais centralizaram o poder, usando essa abertura para seus próprios propósitos. Todos vimos como monopolizaram as assembléias vicinais. É gente que faria o mesmo com as fábricas ocupadas e que estão interferindo com as possibilidades da democracia que se estão erigindo, e as vêem como uma base política. Penso que as fábricas estão resistindo a esse processo, mas é uma luta difícil porque também necessitam de muito apoio. Tudo o que possam conseguir. Assim há mudanças, algumas positivas, e também retrocessos. Seria um pouco ingênuo dizer que tudo é maravilhoso.

### **Um movimento fantástico e inspirador, porém frágil**

**Avi Lewis** - Eu iria mais longe. Diria que este é um momento totalmente crítico para o movimento das fábricas recuperadas, porque chegou a um certo nível, há muita gente trabalhando, há gente fazendo dinheiro e aí aparecem os que querem usá-lo como base política. A dificuldade para os operários, é que eles simplesmente querem trabalhar. E se houver um “salvador” que pode utilizar seus contatos políticos para ajudá-los a recuperar suas

fábricas, para que obtenham contratos ou para evitar a repressão, é obvio que vão sentir-se tentados em ir “com ele”.

Mas o espírito da democracia acaba ficando sob uma profunda sombra neste caso. Essas questões não são singelas. As pessoas precisam trabalhar. E este é um movimento pragmático, que teve êxito sem atar-se a nenhuma ideologia. Foi flexível para escolher os caminhos mais convenientes. É um movimento novo, com novas táticas. E sempre encontram novos caminhos. Isso é fantástico, e muito inspirador. Mas há também claramente ameaças à democracia do movimento.

**Naomi Klein** - E essa democracia direta é o que faz com que o movimento seja distinto. O tema das fábricas ocupadas não é novo. No filme, dizemos que houve fábricas ocupadas na Rússia ou Cuba. O novo é que não são dirigidas por burocratas estatais.

**Avi Lewis** - Ou caudilhos.

**Naomi Klein** - Esta é a diferença de um estado socialista fracassado.

**Avi Lewis** - É um fenômeno do novo autonomismo. A verdadeira democracia dos operários em cada fábrica, isso é o mais inspirador para as pessoas ao redor do mundo. Isso é o mais radical e o mais revolucionário. Mas requer uma quantidade de coragem incrível para enfrentar não somente o Estado, os donos, a polícia, os juizes e legisladores, mas também qualquer um que queira entrar em uma fábrica, dividir as pessoas, e lhes dizer o que é que devem fazer e não fazer. Muitas vezes, pessoas de um partido político, que procuram construir seu próprio poder a partir das fábricas. Isso é o mais triste que vimos ao retornar.

Quem é o dono da capacidade produtiva de uma sociedade?

**Pergunta** - Vocês contam que, quando os acusavam no Canadá e nos Estados Unidos de não terem propostas alternativas para mostrar, encontraram o movimento de recuperação de fábricas. Acreditam realmente que são uma alternativa frente ao atual modelo?

**Naomi Klein** - Sim. Representam uma mudança muito simples na maneira que pensamos. Não é fácil de fazer acontecer, mas a idéia é tremendamente poderosa por sua simplicidade e por sua versatilidade. ‘Não peçamos: tomemos!’. ‘Recupera o que é teu!’. E isso não diz respeito somente às fábricas. Acredito que já está ocorrendo em vários países.

**Avi Lewis** - Primeiro, que a idéia está se disseminando. Começa-se a ver em outros lugares da América Latina. Mas isso tem muito mais potencial que simplesmente a tática de tomar empresas e as dirigir coletivamente. Esse potencial está na maneira em que este movimento propõe um desafio: Quem é o dono da capacidade produtiva de uma sociedade?

Este é o argumento da propriedade moral. Estamos em um momento de lucros recordes das corporações em todo mundo, e tremendas crises dos países industrializados e em desenvolvimento. Cada vez há mais subsídios e incentivos para atrair investidores, porque todos os países têm que competir, e existe além disso tudo um dano ambiental sem precedentes. Quem sofre é a comunidade.

Então o argumento é que as pessoas têm o direito legal de beneficiarem-se das empresas de sua comunidade, que eles pagaram muitas vezes através do Estado, dos subsídios e dos enormes lucros que essas empresas têm, que por sua vez muitas vezes só causam prejuízos à comunidade. As pessoas têm o direito de retomar essas empresas que lhes tiraram tanto e que lhes devolveu tão pouco. Essa idéia pode ser aplicada em muitos contextos. Não só com respeito às fábricas recuperadas.

**'As pessoas que falam de eficiência já tiveram a sua década'****Pergunta - Por exemplo?**

**Naomi Klein** - Penso que isso pode ser dito dos serviços, quando se reverterem as privatizações que foram um semelhante desastre em todo o mundo, não apenas aqui. Há empresas estatais que foram vendidas muito baratas para empresas privadas e que ainda recebem subsídios. Ocorre com as empresas áreas, com os trens, e as pessoas estão se enchendo de terem que manter estas empresas. Parece-me que vamos para um processo de renacionalização. Mas a questão é: pode-se renacionalizar de maneira democrática?

**Pergunta – Fazer com que as empresas sejam verdadeiramente públicas.**

**Avi Lewis** - O segredo está na participação dos empregados e dos usuários.

**Naomi Klein** - Estamos pensando nisto até na Rússia. Algumas das primeiras privatizações que foram tão corruptas, agora estão sendo questionadas por Putin, que também é um corrupto, mas se deu conta de que as pessoas estão enjoadas.

**Pergunta - O paradoxo é que esses serviços poderiam ser mais eficientes em mãos dos trabalhadores, do que em mãos daqueles que falam de eficiência.**

**Naomi Klein** - As pessoas que falam de eficiência já tiveram a sua década. Já temos um prontuário sobre eles. Há algo interessante. Eu venho do Iraque, onde estão tratando de impor, ali também, este modelo. O Iraque esteve muito isolado durante 35 anos com Saddam Hussein e tem muito pouca informação sobre privatizações, mas mesmo assim quando os norte-americanos levaram aos russos a proposta que a grande idéia era vender todos seu ativos estatais começando pelo petróleo, os iraquianos lhes responderam que fossem 'a merda'.

**O segredo: democracia direta****Pergunta - Além das ameaças externas, vocês observam uma situação de perigo interno para as fábricas se são utilizadas politicamente. Referem-se à cooptação por parte do Estado? Como se combate isso?**

**Avi Lewis** - Depois de ocupar, resistir e produzir, será preciso resistir outra vez. Os processos de resistência devem continuar. Um operário nos disse que é difícil recuperar uma fábrica, mas mais difícil ainda é recuperar as pessoas que trabalham ali. O objetivo não é só recuperar uma empresa, senão a ação coletiva. E o objetivo é também superar gerações de um individualismo que prega que permaneçamos divididos. Mas não quero ser muito abstrato. Na prática, uma fábrica ocupada significa uma assembléia aberta, e é aí onde se devem tomar as decisões, e tem que ser verdadeiramente democrática. Quero dizer que deve haver debates, discussão, e tudo isso precisa acontecer abertamente.

Aqui na Argentina muita gente recorda o que ocorreu na resistência à ditadura, quando tudo era secreto. Temos amigos com os que falamos muito, que contam que quando o processo de decisão é secreto e clandestino, é mais corruptível. Quando as discussões são ao 'céu aberto', é mais difícil que exista corrupção ou manipulação. Pode ser menos eficiente agir assim, mais exaustivo. Mas é assim. É a única esperança. O que vimos em Zanon, ainda que haja contatos com partidos políticos e líderes que pertencem a partidos políticos, é que as assembléias são as que dizem aos dirigentes o que se têm que fazer. Os dirigentes ganham umas e perdem outras.

**Naomi Klein** - Mas estão mais comprometidos com a democracia que com sua ideologia particular.

**Avi Lewis** - Não é somente uma questão de filiação, mas sim de abertura à democracia e à diversidade de opiniões. Ainda que os dirigentes em determinada fábrica estejam absolutamente filiados a um partido político, pode haver mais democracia do que em uma fábrica em que os dirigentes têm a sua própria agenda política, mas se negam a reconhecê-la.

**Naomi Klein** - Acredito que Zanon é um dos exemplos mais inspiradores do mundo nestas lutas entre partidos políticos, intelectuais que opinam e quem trabalha. É tudo aberto. Surgem problemas, mas é uma comunidade pequena e isso influi. Minha sensação é que as pessoas se comportam de uma maneira distinta do que se comportariam nas cidades grandes. Quando você está em uma cidade enorme sempre pode fazer de conta que nunca mais vai voltar a falar com a pessoa com quem está falando. Pode-se dizer qualquer coisa. Pode-se comportar de maneira destrutiva, porque existe esta ilusão de que se pode 'perder' na multidão. E há muito mais espaço para se voltar para seu grupo, sua facção. Mas há algo no tamanho de Neuquén: não importa que a gente seja do MTD, trotskista ou peronista: sabem que vão se cruzar com todos no supermercado mais tarde. Então todos se comportam sabendo isso. Acredito que tem que ver com a civilidade. Ou a convivência.

**Pergunta - O que se nota no Alto Valle) é que quando há problemas, atiram pedras todos juntos.**

**Naomi Klein** - (rindo) Vê-se um espírito de comunidade. E as pessoas que vivem em comunidades reais têm mais experiência em cooperar, e se a cooperação é o que está no núcleo desta luta, tudo tem mais sentido.

**'Aqui há sem dúvida novas formas de organização, novas maneiras de olhar o mundo'**

**Pergunta - Vocês conhecem muito dos movimentos sociais argentinos, onde se notam duas coisas. Um ambiente interno um pouco melancólico e depressivo – the tango experience - e do outro lado, muitos estrangeiros chegam e se entusiasmam ao perceber sinais de vitalidade e potência transformadora. Vocês se localizam onde?**

**Avi Lewis** - Não quero ser centrista, mas sentimos uma mescla de ambas as coisas. Um dos papéis que podemos jogar construtivamente como estrangeiros consiste em vir sem tango no coração, e lhes contar tudo o que vemos. E aqui nos dirão sempre que somos uns ingênuos, que não sabemos do que falamos, que não compreendemos a história e que somos imperialistas culturais que não temos direito a lhes dizer qual é sua realidade. Mas o filme é uma expressão de nosso permanente assombro, a motivação e a esperança que nos gera o que está ocorrendo aqui.

Por viajar por tantos países podemos ver que aqui há sem dúvida novas formas de organização, novas maneiras de olhar o mundo, que estão emergindo e que têm que ser compartilhadas com o resto do mundo, além de que julguem que o seu destino pode ser trágico. Isso não significa que não nos impregne o tango quando os vemos, como nos sentimos quando vemos as dificuldades que estão por emergir. Mas eu acredito que estes momentos, tais como o 19 e 20 de dezembro<sup>22</sup>, momentos como estes anos de crescimento do movimento

<sup>22</sup> Referências às jornadas de lutas na Argentina nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2001, pela deposição do presidente De la Rúa (Nota do Cepat Informa).

de fábricas recuperadas, mudam as pessoas. Mudam sua idéia do que é possível. E essa pode ser a idéia mais radical que se possa imaginar. O que ocorre com as fábricas, o que ocorreu no 19 e 20, é o que ainda pode ocorrer todos os dias na Argentina.

### **Protagonismo**

**Pergunta - O que vocês mostram então é as fábricas como uma questão de poder: não como lugar de privilégio e domínio, mas sim como capacidade de fazer coisas e transformar a realidade.**

**Avi Lewis** - Claro, trata-se exatamente de uma palavra que vocês usam: protagonismo. Não existe com um sentido equivalente em inglês. Mas é uma idéia muito forte no coração da luta das fábricas. Os protagonistas são os trabalhadores. São eles os que vão mudar o seu futuro. Essa idéia de que pequenos grupos de pessoas têm poder para mudar suas circunstâncias na esfera em que trabalham e vivem, sem esperar por um caudilho ou um salvador, e que tomam o poder para compartilhá-lo entre eles, essa é uma noção muito distinta do poder, e uma coisa muito importante nesta época.

**Pergunta - Vocês sugerem que este é um momento crítico para as fábricas. Qual é esse risco?**

**Avi Lewis** - Eu vejo o risco das facções no movimento. Falam-me das fábricas 'do PTS' (Partido de Trabalhadores Socialistas ao que pertence, por exemplo Raúl Godoy, de Zanon), ou de fábricas "de Murúa" ou "de Caro" (presidentes dos dois movimentos que mais empresas e fábricas recuperadas congregam). É assim? Em que sentido uma fábrica é de um deles? Se as fábricas são de alguém, ou de um partido, então temos problemas.

**Naomi Klein** - Quando falamos com os operários eles se identificam com os operários de outras fábricas recuperadas, e estão contra qualquer tentativa de mantê-los divididos. O filme, por exemplo, mostra que os trabalhadores da Forja estavam muito interessados no que acontece em Zanon, ainda que pertençam a setores distintos. E Matilde, de Brukman, disse, "quando vi no filme que os rapazes também choravam entendi que somos parte da mesma luta". Têm diferenças, mas o mais importante são as suas semelhanças.

**Avi Lewis** - Penso que cada vez mais os operários deveriam visitar-se e conhecer-se entre si. Assim se rompem os estereótipos. Alguns dirigentes dos movimentos me haviam dito que em Zanon eram todos troskistas, que a situação na fábrica era autoritária e pouco democrática. Encontrei algo totalmente diferente. Havia algo de verdade, mas generalizaram. O mesmo pode passar com coisas que se digam sobre o Ghelco, Lavalán, Chilavert, ou qualquer outra. Essa é outra luta que se pode vencer: só se trata de fazer com que os operários se conheçam entre si, para romper os estereótipos e os preconceitos. Uma coisa é certa: o mais valioso que possuem são as suas semelhanças.

## **Deu nos jornais**

### **Política econômica ultra-ortodoxa**

União, estados, municípios e empresas estatais economizaram, juntos, R\$ 10,282 bilhões em março para pagar juros, segundo levantamento do Banco Central. O aperto fiscal ocorrido no mês passado foi o maior já registrado no País desde que o BC passou a calcular esses dados pela atual metodologia, em 1991. Com o

resultado, o superávit primário (diferença entre receitas e despesas, exceto os gastos com juros), acumulado pelo setor público no primeiro trimestre deste ano ficou em R\$ 20,528 bilhões, valor equivalente a 5,41% do Produto Interno Bruto (PIB) (total de riquezas produzidas pelo país em determinado período). O superávit obtido foi mais do que suficiente para o cumprimento da meta combinada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Fechado no final do ano passado, o acordo estabelecia que o setor público deveria economizar, pelo menos, R\$ 14,5 bilhões entre janeiro e março. Isso significa que o setor público poderia ter gasto R\$ 6,028 bilhões a mais neste início de ano e, mesmo assim, teria cumprido a meta acertada com o FMI. Um aumento de R\$ 40,00 no salário mínimo (de R\$ 240 para R\$ 280) custaria, aos cofres do governo, R\$ 5,1 bilhões adicionais em 12 meses. A notícia foi publicada nos principais jornais nacionais, como a **Folha de S. Paulo**, 24-4-04.

### **Incompetência espantosa**

Quem economiza 5,41% do PIB, quando estava obrigado a poupar 4,25%, é de uma incompetência espantosa. Pior: é um *serial incompetent*, dado que essa economia estúpida vem desde a posse". A opinião é do jornalista Clóvis Rossi na sua coluna publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 25-4-04.

### **A crise do trabalho**

Os desempregados com diploma de curso superior bateram os 100 mil. Ou seja, há, em São Paulo, mais desempregados com diploma superior do que a soma de todos os alunos da USP e da UFRJ. A constatação é de Elio Gaspari na sua coluna publicada nacionalmente, no dia 25-4-04. Comentando as estatísticas do desemprego divulgadas na semana retrasada, mostrando que há 2 milhões de desempregados em São Paulo, o jornalista faz a seguinte comparação: "Os números de Lula têm voz. Dois milhões de almas equivalem a toda a população de São Paulo em 1945, quando o pai de Luiz Inácio da Silva deixou o sertão pernambucano". Enquanto isso "a renda dos 10% mais ricos aumentou em 2,9%. Nesse ritmo, em 20 anos, São Paulo terá uma percentagem de abonados superior ao principado de Mônaco".

### **Crescimento econômico e a desigualdade brasileira**

O Banco Mundial afirmou, no dia 23 de abril, segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, 24-4-04, que a situação de miséria no Brasil deve persistir por muito mais tempo na comparação com o resto do mundo, mesmo que o País volte a crescer a taxas muito mais elevadas do que as atuais. De acordo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), a disparidade de distribuição de renda no Brasil é um "fator-chave", que continuará "travando" o processo de diminuição do número de miseráveis no País. Para a instituição, até a Índia tem programas de integração de miseráveis mais efetivos e "ambiciosos" que o Brasil. O alto endividamento do País também é considerado um empecilho para melhorar a distribuição de renda. Para o Banco Mundial, o Brasil teria de aumentar, "em dez ou 15 vezes", o volume de dinheiro em programas como o Bolsa-Escola para compensar as disparidades de renda e integrar os mais pobres ao mercado. O Brasil tem um dos piores índices de distribuição de renda da América Latina. Aproximadamente 20% da população mais pobre recebe apenas 2% da renda. Como comparação, o percentual é de 3,1% na Argentina e de 4% na Bolívia. Na Índia, esse percentual subiu para 8,9% nos últimos anos. Esta notícia também pode ser lida no jornal **O Globo** de 24-4-04.

### **Espanha: 63% das empregadas domésticas são latino-americanas**

Esta estatística foi publicada pelo jornal espanhol *El País*, 24-4-04. Segundo o jornal, a imigração latino-americana cresce sem parar na Espanha. O maior número de estrangeiros são de equatorianos. Ainda segundo o jornal, o trabalho doméstico na Espanha continua sendo um setor da “economia submersa”. Situação que, segundo a União Geral dos Trabalhadores – UGT – central sindical espanhola, se estende por toda a Europa. “O número de trabalhadores domésticos legalizados na União Européia oscila entre 50 a 80%”. E a grande maioria deles são imigrantes.

### Do karoshi ao karojsatsu

Dez anos depois que os japoneses cunharam o termo *karoshi*, para definir a morte por excesso de trabalho, aparece entre os nipônicos outro conceito relacionando a dedicação irracional às atividades profissionais. Trata-se do *karojsatsu*, usado para se referir aos trabalhadores que decidem acabar com a própria vida. Uma reportagem sobre este fenômeno está publicada no *JB Ecológico* do mês de abril de 2004. Segundo a reportagem, “passando os olhos sobre a vida cotidiana da sociedade japonesa, percebe-se que a insônia, a depressão, a fadiga e o estresse não são as únicas patologias derivadas do agitado ritmo ao qual, dia após dia, os japoneses se submetem. O suicídio por esgotamento já é um fato no país do sol nascente”. O termo *karoshi* foi cunhado há 10 anos no Japão e é utilizado para definir a morte por excesso de trabalho. De repente, a pessoa sofre uma hemorragia cerebral ou insuficiência cardíaca ou respiratória, devido a uma fadiga excessiva produzida pela alta pressão sangüínea e pelo endurecimento das artérias. O *karoshi* é tipificado no Japão pelo trinômio: estresse, hipertensão e morte por acidente vascular cerebral. Hoje, uma década depois, apareceu esse novo termo, o *karojsatsu*, que é como os japoneses se referem ao suicídio por estado depressivo. Segundo o governo do Japão, o *karojsatsu* afeta principalmente homens com idade entre 40 e 60 anos, com algum cargo executivo. Ainda segundo a reportagem, “que os japoneses trabalham muito não há dúvida. Com uma população de cerca de 126 milhões de habitantes, o Japão é a segunda maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos. O problema é que, quando o *karoshi* não leva o trabalhador à morte, é o próprio trabalhador que decide acabar com a vida (*karojsatsu*). Os nipônicos não têm tempo para a família, para os amigos nem para o lazer. Especialistas dizem que o Japão tem que mudar seu estilo de vida, se quiser conservar seus eficientes trabalhadores”.

### Um novo tratado da tolerância

Um dos principais cientistas políticos franceses, Yves-Charles Zarka está lançando *Difficile Tolérance* (PUF, 234 págs.), com Cynthia Fleury. Especialista em Hobbes, ele discute a convivência não só de religiões, mas de outras culturas. Em um “mundo fragmentado”, ele defende o “reconhecimento sem reconciliação”: “Um reconhecimento da existência do outro, do direito a sua cultura, sua identidade, sem que seja preciso superar a dualidade em uma unidade superior”. A nota foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, 25-4-04. (Na edição 52 de *IHU On-Line*, do dia 24 de março de 2003, reproduzimos uma entrevista concedida por Yves Charles Zarka, publicada em *Le Mond* no dia 7 de novembro de 2002. Nota do IHU).

### Estamos vivendo uma segunda Reforma Protestante?

A debandada em grande quantidade de “católicos” rumo a igrejas pentecostais já está sendo considerada como uma segunda Reforma Protestante. A opinião é do antropólogo inglês Peter Henry Fry, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e tem como base a pesquisa realizada pelo Instituto Gerp e o *Jornal do Brasil*. A pesquisa foi divulgada na edição de 26-4-04 do jornal do Rio em matéria intitulada *A multiplicação dos evangélicos*. Segundo a pesquisa Gerp/IB, “20% dos cariocas trocaram de religião



recentemente. O catolicismo foi o credo que mais perdeu fiéis (56% dos que se converteram), e as igrejas cristãs evangélicas, como a Assembléia de Deus, a Universal do Reino de Deus e a Pentecostal, foram as que mais acolheram novos seguidores". Essa debandada "é comparável à evasão do catolicismo ao movimento que dividiu o cristianismo na Europa do século XVI, num processo de adaptação à sociedade capitalista", diz o antropólogo.

### **A Igreja Evangélica está conectada à sociedade de consumo**

Na busca de interpretação da grande "fuga" de católicos para as religiões pentecostais, Peter Fry, afirma que "a ideologia da igreja católica é coletivista, enquanto as igrejas evangélicas enfatizam o indivíduo". O antropólogo acredita que "uma abordagem voltada para valores coletivos - fraternidade, cooperação, solidariedade - seriam os fatores responsáveis pela debandada da igreja católica". Em sua interpretação, "com uma abordagem individual, a igreja evangélica estaria mais conectada à sociedade de consumo". Diz ele que o discurso evangélico encontra mais receptividade junto às pessoas, porque "prega a capacidade do indivíduo, junto com Deus, de superar problemas". Para Peter Fry, "a idéia é dizer: Não adianta pedir para Exu ou para o Nosso Senhor, você está sozinho. Os evangélicos falam do que ocorreu na Europa há 500 anos: do sujeito autônomo, com o destino em suas mãos. O discurso é condizente com a sociedade de consumo. As catedrais da Universal são de uma arquitetura extraordinária. Goste ou não do estilo, chamam a atenção, como os *shoppings*. Os templos são supermodernos".

### **Touraine e o governo Lula**

Alain Touraine, um dos mais influentes sociólogos contemporâneos, estudioso da realidade latino-americana, considera que o governo Lula erra ao priorizar a reforma agrária e a fome como alvo principal da questão social. Para ele, os grandes problemas sociais do Brasil estão nas grandes cidades e nas periferias. "O Brasil não é um país rural, não é sequer um país urbano, é um país metropolitano. Como pode querer fazer as reformas de base sem transformar o coração do País? Para falar francamente, sem transformar São Paulo e o Rio de Janeiro?". Essa opinião de Touraine, e outras sobre o Brasil, FHC e Lula, foram reproduzidas pelo colunista d' **O Globo**, Merval Pereira, em suas colunas nas edições do jornal de 24 e 25 de abril. "Você tem hoje em dia uma parte importante da população, em particular nas grandes cidades, que vive em um estado de exclusão, de desorganização. Há milhões de pessoas em São Paulo que não têm proteção social, não têm um verdadeiro salário". É a questão social que Touraine chama de "subvida" e "o que se espera do governo Lula, e o que se esperava um pouco de Marta Suplicy em São Paulo, como tentou Luiza Erundina fortemente, era que lutasse com ousadia para reconstruir o tecido social". Para Touraine, Lula tem "que fazer reformas de estruturas que repousam sobre o urbano, sobre o transporte, habitação". Do jeito que as coisas vão, "corre o risco de ele proporcionar a Fernando Henrique sua terceira Presidência". Para Touraine a possibilidade de radicais mudanças sociais, está proporcionalmente ligada à capacidade de acontecerem "mobilizações sociais importantes". Para o sociólogo francês, "o que falta, o que faz com que não se atinjam realmente mudanças profundas no Brasil, é a falta de mobilização social importante". "Nós nos lembramos do sindicato de Lula no ABC, e se tivéssemos novamente isso seria maravilhoso. Mas nós sabemos que há muito tempo eles são sindicatos de resultados, como os sindicatos americanos".

### **"Não há razão para o Brasil se sacrificar pelo FMI"**

Touraine avalia que o Brasil precisa enfrentar o FMI. "Seria impensável que a Presidência de Lula no Brasil não fosse marcada pelas transformações sociais profundas que se impõem", afirma Touraine, e vai mais longe, considerando-se que "a prioridade é o problema social", exatamente como na Argentina, um dos

caminhos “é não pagar o Fundo Monetário Internacional”. Segundo Touraine, “é preciso nunca esquecer que os países ricos necessitam ter um ou dois países que façam a ligação com os países pobres”. Touraine diz que “não há razão para o Brasil se sacrificar pelo FMI, que não tem, nem de longe, a mesma força. Em face de um país mal gerenciado, completamente corrompido, como alguns países da África, ainda é admissível uma pressão dessas, mas não sobre o Brasil”.

### a.WM e d.WM

Historiadores, antropólogos, sociólogos e economistas estiveram recentemente reunidos na Califórnia, discutindo o fenômeno Wal-Mart. A empresa fundada em 1962, se tornou a maior rede varejista do mundo com 3.500 lojas ao redor do mundo. A Wal-Mart é ainda a maior empregadora privada do planeta. A revista **IstoÉ Dinheiro**, 28-4-04, em longa matéria sobre a empresa, afirma que “de tão grande que se tornou passou a influenciar o meio ambiente, as relações de trabalho e os hábitos de consumo globais, alterando o cenário econômico e social a seu redor”. Já se fala em uma “teoria econômica a.WM (antes do Wal-Mart)” que estaria sendo superada por outra. A “antiga” teoria “pregava que a prosperidade é criada, quando as grandes empresas pagam bons salários, e seus milhões de funcionários podem ir às compras como consumidores abastados. O Wal-Mart desdenha essa lógica. Do alto de um faturamento anual de US\$ 256 bilhões, sua contribuição ao ciclo econômico mundial consiste em três itens: pressionar os fornecedores para reduzir preços, usar tecnologia digital de primeira linha para baratear a gestão de seus estoques e, finalmente, pagar aos seus 1,6 milhão de funcionários o menor salário possível, encolhendo os custos da empresa. Ao contrário do que fizeram General Motors e General Electric na construção da economia americana, o Wal-Mart não massifica a prosperidade, ele produz deflação”. A teoria de Bill Wertz, diretor de Relações Internacionais da empresa, ouvido pela revista é simples: “Nós permitimos que as pessoas comprem mais gastando menos. Isso é como dar um aumento”, disse à **IstoÉ Dinheiro** Bill Wertz, diretor de Relações Internacionais da empresa. “Competindo, nós ajudamos a melhorar a vida dos trabalhadores” Continua a matéria: “Enquanto todos os manuais dizem que é preciso paparicar a mão-de-obra, o Wal-Mart nadou na direção oposta. Combate a sindicalização, paga salários 20% menores do que os concorrentes, resiste em remunerar horas extras e é espantosamente mesquinho quando se trata de planos de saúde.” O historiador Nelson Lichtenstein, organizador do encontro na Califórnia, ouvido pela revista, diz, “em cada época da história uma empresa parece incorporar um conjunto inédito e inovador de estruturas econômicas e relações sociais”. Tudo sugere – continua a matéria “que o Wal-Mart seja a bola da vez”.

### Predador econômico

“Um artigo recente do **Denver Post**, do Colorado, diz que os efeitos sociais das 150 lojas que o Wal-Mart abre todos os anos nos Estados Unidos são tão controversos que a sociedade americana está se dividindo entre os que gostam e os que não gostam da empresa. “O movimento anti-Wal-Mart foi além do simples protesto e se transformou em fenômeno social”, afirma o jornal. Embora em muitos locais os investimentos e os 500 empregos de cada loja da cadeia sejam bem-vindos, em outros, como a Califórnia, comunidades inteiras se movimentam para impedir sua instalação. Prevalece, entre os grupos de protesto, a impressão de que o Wal-Mart é um predador econômico pronto a devorar o comércio local nas regiões em que se instala”.

### Cultura Wal-Mart

De acordo com a matéria, a Wal-Mart está conseguindo criar uma “cultura”: “Os pilares dessa doutrina são três – o consumidor vem sempre primeiro, todo mundo envolvido no negócio tem de ser tratado com respeito e a busca da melhoria tem de ser permanente. Sobre esses princípios apóiam-se procedimentos

revolucionários, como a tecnologia. O Wal-Mart, no intuito de melhor conhecer seu consumidor, montou o segundo banco de dados do planeta, que só tem menos informações do que os computadores do Pentágono. De posse desse arsenal competitivo, a empresa passou a partilhá-lo com seus fornecedores, fazendo com que se tornassem co-administradores de suas lojas. Cada vez que um produto passa no caixa soa um aviso nos computadores do fornecedor, acionando as engrenagens de reposição. O sistema funciona tão bem que as lojas Wal-Mart operam praticamente sem estoques – com apoio entusiástico dos fornecedores, que passam a vender em uma escala nunca antes vista”.

### **Etudes – vida inteligente no mundo católico**

Henri Tincq, conceituado jornalista francês do *Le Monde*, em artigo na edição de 27-4-04, analisa, citando comentário da revista francesa *Le Echos*, “que sem estardalhaços, a revista *Etudes* da Companhia de Jesus na França se tornou uma das grandes revistas intelectuais francesas. Próxima a 15 mil edições distribuídas mensalmente, a revista ultrapassa *Le Débat*, *Esprit* e *Commentaire*”. Para Henri Tincq “a razão principal deste sucesso foi o acerto pedagógico com que a revista passou a ser editada desde a sua fundação em 1856. A revista, que conta com menos assinantes praticantes do que leitores afastados da Igreja, é uma exceção à idéia do manifesto declínio da inteligência católica. A outra razão de sua aceitação é a abertura a uma variedade de autores e a liberdade com que são tratados os debates da atualidade. O número de abril é uma clara demonstração disso”. O número de abril é dedicado ao debate do anti-semitismo.

### **“Resiliência”, o conceito em alta no mundo do *management***

O caderno *Sinapse* da *Folha de S. Paulo*, 27-4-04, na longa matéria *O time em primeiro lugar*, comenta as exigências requeridas do novo profissional no mundo dos negócios. No novo glossário do *management*, o conceito em alta é a “resiliência”. Diz a matéria: “o conceito é deslocado da física e nomeia a propriedade de alguns materiais de acumular energia, quando exigidos e estressados, e voltar ao seu estado original sem qualquer deformação. Pois é: vem contando pontos como competência humana a habilidade do elástico, ou da vara do salto em altura – aquela que enverga no limite do máximo sem quebrar, volta com tudo e lança o atleta para o alto”. Alberto Júlio, presidente da HSM do Brasil, empresa especializada em educação executiva para alta gerência explica o conceito aplicado na prática: “eram seis gerentes, ficaram dois. Fazem o trabalho de seis, com mais competição, mais exigências e mais tecnologia. Acumularam toda essa energia e não podem ficar doentes nem descuidar do lazer ou do prazer”.

### **Dossiê desemprego**

O sítio *BBC Brasil.com* ouviu uma série de especialistas internacionais sobre a política econômica do governo Lula e as chances de que ela venha a criar condições de reduzir o desemprego. Na matéria intitulada *Dossiê Desemprego*, foi ouvido entre outros, Thomas Coutrot, economista francês. Coutrot, que é integrante do Conselho Político da Attac, tem uma forte ligação com o Brasil. Foi professor da Universidade de Brasília entre 1987 e 1990. Atualmente, trabalha como técnico do Ministério do Trabalho e Emprego da França. Coutrot é um duro crítico da política econômica do governo Lula. Para ele, “a política econômica que está sendo seguida no Brasil não é voltada para o crescimento econômico e nem geração de emprego, mas para a estabilidade financeira, para o pagamento de juros da dívida interna e externa. Como a experiência de muitos países mostra nos últimos anos, privilegiando a estabilidade financeira, você prejudica o crescimento a médio e longo prazo, na medida em que põe os parâmetros do crescimento econômico nas mãos dos mercados financeiros internacionais, que têm uma alta tendência à instabilidade e à imprevisibilidade. Não favorece investimento e crescimento”. Entre os entrevistados pelo sítio estão: Mark Thomas, economista sênior para o Brasil do Banco Mundial; Kenneth Rogoff, ex-diretor de pesquisas do Fundo Monetário Internacional (FMI);

Alfredo Saad Filho, professor da Universidade de Londres e especialista em economia de desenvolvimento; Stephen Nickell, um dos mais respeitados especialistas em mercado de trabalho da Grã-Bretanha; Larry Summers, o ex-secretário do Tesouro americano. A íntegra das entrevistas pode ser acessada no endereço: [www.bbc.co.uk/portuguese](http://www.bbc.co.uk/portuguese)

### **Desemprego assustador - uma proposta**

“Existem maneiras de amenizar a situação, como a criação de frentes de trabalho nas metrópoles. Como seria isso? As prefeituras poderiam fazer um levantamento local de pequenas obras a serem feitas e, a partir disso, empregar, pagando um salário mínimo”. A sugestão é do especialista em questões trabalhistas da Fipe, Hélio Zylbersztajn, e se encontra na coluna de Sonia Racy, d’**O Estado de S. Paulo**, 28-4-04. Sua proposta é de empregar 1 milhão de pessoas por ano, pagando um salário mínimo mensal, mais 13.º, o gasto seria de R\$ 3 bilhões.

### **O império McDonald’s em crise**

“O McDonald’s emprega 1,5 milhão de pessoas e atende 47 milhões de clientes todos os dias, em quase 120 países. Sua marca está em oitavo lugar entre as mais valorizadas do mundo, segundo o *ranking* da consultoria inglesa Interbrands. A lista é encabeçada pela Coca-Cola. A marca é tão conhecida que a revista **The Economist** utiliza seu principal sanduíche, o Big Mac, para fazer comparações de poder de compra entre os países”. Os dados acima estão reunidos na matéria da revista **Exame**, edição n. 816. Esse império está ameaçado. As razões do desgaste da imagem do McDonald’s, ao contrário do que muitos pensam, não são de ordem ideológica, e sim nutricional. A crise não vem da associação com a “McGlobalização”. Relata a matéria: “a luz amarela se acendeu quando a reputação da companhia foi colocada contra as cordas não mais por razões de ordem ideológica, mas de natureza nutricional. Ocorre que a base dos pratos do McDonald’s contém dois ingredientes combatidos pelas autoridades de saúde: gordura e carboidratos. A discussão acontece no momento em que a sociedade americana vem engordando em ritmo jamais visto”. Esse fato afetou a imagem do McDonald’s. “No caso do McDonald’s - relata a matéria -, a crise em discussão é a de imagem. Uma crise de imagem, antes de tudo, é uma crise de confiança, uma crise de credibilidade, uma crise de reputação. As empresas comercializam produtos e serviços, mas vendem, na verdade, confiança. Isso vale para bancos, hospitais, empresas aéreas, escritórios de advocacia, clínicas médicas, floriculturas e oficinas mecânicas. Não importa o tamanho da organização, o cliente só a procura com base na percepção, que pode ser mais ou menos científica, de que está seguro com a opção feita.” Conclui a matéria: “Por isso, a crise de imagem é tão devastadora. Ela atinge a companhia em seu ponto mais sensível. A capacidade que ela tem de fazer com que os outros confiem nela. O McDonald’s não vende sanduíches. Ele produz sanduíches. O que ele vende mesmo todos os dias é essa confiança - confiança na qualidade dos produtos, na segurança das instalações, confiança nas condições sanitárias. Por isso, uma crise de imagem é potencialmente mais devastadora do que as outras crises “normais”, como a financeira, que pode, muitas vezes, ser enfrentada sem afetar a confiança do consumidor”.

### **Lula apóia Palocci e Dirceu e fixa o mínimo em R\$ 260**

A manchete de primeira página do jornal **O Globo** de 30-4-04, descreve bem o jogo político que determinou o salário mínimo, no dia 29 de abril. Segundo o jornal, “a defesa do equilíbrio fiscal, feita pela equipe econômica e também pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu, venceu a disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dar um reajuste real significativo para o salário-mínimo. Seis reuniões depois de começar a discutir o tema, o governo anunciou que, a partir de 1º de maio, o valor do mínimo é de R\$ 260 - um reajuste de 8,3% sobre

os R\$ 240 em vigor até hoje e um aumento real de 1,21% acima da inflação dos últimos 13 meses. É o primeiro mínimo de Lula fixado com base num orçamento proposto por seu governo”.

### “Nenhum país deixou a periferia com políticas liberais”

A opinião é do engenheiro Darc Costa, vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A afirmação foi feita em evento organizado pela seção gaúcha do Instituto Maurício Grabois (ligado ao PC do B) em Porto Alegre, e reuniu ainda Paulo Vizentini, professor de História Contemporânea e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Marco Aurélio Weissheimer, da **Agência Carta Maior**, 26-4-04, apresenta a síntese das idéias de Darc Costa: “a tarefa do Brasil é construir o processo de mundialização (distinto da atual globalização dos mercados), iniciado pelos portugueses no período dos descobrimentos marítimos; somos herdeiros deste projeto e temos os recursos materiais e humanos para levá-lo adiante; nossa tarefa é construir um verdadeiro projeto de mundialização, baseado nos princípios da solidariedade e da tolerância, que não se restrinja à mera globalização dos mercados; somente, assim, será possível, finalmente, dissolver a própria dualidade entre centro e periferia”. Um dos obstáculos, destacados por Marco Aurélio Weissheimer na síntese do debate, apresentado por Darc Costa e Paulo Vizentini é a esquerda brasileira. “É uma esquerda que parou de estudar há muito tempo”, disse Vizentini. “Há um certo pensamento de esquerda, gerado a partir da USP, que tem aversão à idéia da questão nacional. Durante seu governo, Fernando Henrique Cardoso retirou do Brasil a idéia de um projeto nacional”, acrescentou Darc Costa, autor do livro **Estratégia Nacional - A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil**. São Paulo: Editora L&PM, 2004 – lançado no evento.

### O “luxo customizado” - a nova tendência

*Consumo de Luxo e suas tendências* foi o tema do Seminário promovido pelo jornal **Valor Econômico** e a Amcham em São Paulo, no dia 29-4-04. O psicanalista e psiquiatra Jorge Forbes, que realizou, recentemente, uma pesquisa sobre a *Identidade na globalização e o novo luxo* -pela ToF - Consultoria-, em entrevista ao **Valor Econômico**, 29-4-04, falou das novas diretrizes que regem o comportamento do homem diante do luxo. Segundo Forbes, “a nova tendência é o chamado luxo customizado que reflete a vontade de quem o consome, e não a imposição de quem o vende”. Afirma ele: “hoje em dia se trata não tanto de estar filiado a um grupo ou de testemunhar um estado de riqueza. Não é isso que se busca. Busca-se expressar uma personalidade singular, uma originalidade, um gosto pessoal que não precisa estar baseado em formas ou padrões convencionais”. Continua ele, “em tempo de individualismo galopante, afirma-se a necessidade de destacar-se na massa, de não ser como os outros, de se sentir exceção. Isso gera o luxo customizado, expressão de uma personalidade singular, uma originalidade, um gosto pessoal que não precisa estar baseado em formas ou padrões convencionais. Hoje, o luxo está mais a serviço da promoção de uma imagem pessoal do que de uma imagem de classe. O trem da vida que a sociedade nos impõe, nas classes superiores, nos levou a um luxo livre, sem obrigação. A consumação do luxo está em via de “desinstitucionalização”, paralelamente ao que está ocorrendo nas esferas da família, da sexualidade, da religião, da moda, da política”.

### Galinhas e porcos fluorescentes no futuro da medicina

“Porcos e galinhas que brilham no escuro são apenas os exemplares mais curiosos de uma nova geração de animais transgênicos que promete grandes avanços nas pesquisas médicas. Cientistas do Instituto Roslin, onde foi criada a ovelha Dolly, o primeiro mamífero clonado do mundo, afirmaram ontem ter aperfeiçoado bastante a técnica de introduzir modificações no perfil genético de animais”. A matéria é do caderno Ciências - **O Globo**, 29-4-04. “Até agora, os pesquisadores usavam o método para introduzir genes de água-viva em porcos e galinhas de forma a torná-los fluorescentes - e provar que alteração genética funcionava. Agora, no

entanto, eles esperam criar animais resistentes a doenças ou que possam ser usados no estudo de algumas enfermidades". Para os cientistas, "os métodos convencionais para criar animais transgênicos são pouco eficientes: apenas um em cada 70 embriões modificados resultam num animal geneticamente alterado. A nova técnica usada pelos cientistas do Roslin, em Edimburgo, é baseada nos procedimentos de terapia genética para humanos e se mostrou mais eficaz. De 40 embriões de porcos modificados, 36 resultaram em animais transgênicos". Com as novas técnicas, "os animais ficam levemente esverdeados". "Trata-se de uma taxa de sucesso de 90% e, na avaliação dos cientistas, é capaz de revolucionar a aplicação da tecnologia em animais de criação. A nova técnica utiliza vírus para levar determinados genes aos óvulos fertilizados que, posteriormente, são implantados em fêmeas". "O vírus foi usado para levar a embriões de galinhas e porcos um gene fluorescente naturalmente encontrado em águas-vivas. À luz normal, os animais parecem levemente esverdeados. Quando são colocados sob luz azul, todas as áreas de seu corpo não cobertas por penas ou pêlo aparecem brilhantes". "Isso funciona como um marcador: podemos ver, instantaneamente, se um animal carrega o gene - explicou Whitelaw. - Não há necessidade de nenhum teste ou biópsia".

### Filosofia Moral e Política. A felicidade e o útil

Acaba de sair, pela Editora Unisinos, o livro *História Argumentada da Filosofia Moral e Política. A Felicidade e o útil*. O livro é organizado por Alain Caillé, Christian Lazzeri e Michel Senellart. A edição é primorosa. O boletim *IHU On-Line* publicou no n.º 96, 12-04-04, uma entrevista com Alain Caillé comentando a obra.

### CEPAT e IHU. Uma parceria

A partir do dia de ontem, 28 de abril, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU - iniciou uma nova parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT. A partir de ontem a atualização diária do sítio do IHU é feita conjuntamente pela coordenação do IHU e pelo CEPAT. Juntos queremos prestar um singelo serviço de informação a comunidade acadêmica da Unisinos, às lideranças dos movimentos sociais e populares, às lideranças das pastorais sociais, às lideranças do movimento sindical, entre outras, que têm dificuldade em acompanhar os assuntos, diariamente veiculados pela grande imprensa nacional e internacional. As notícias veiculadas aqui no sítio se referem, fundamentalmente, a três grandes áreas de concentração: 1.- ética, ciência, cultura e cidadania; 2.- trabalho, solidariedade e sustentabilidade e 3.- teologia pública.

O Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - está sediado em Curitiba, PR. É um Centro de Pesquisa e Assessoria aos movimentos sociais, sindicais, populares e pastorais do estado do Paraná, especialmente. Duas iniciativas, de abrangência nacional, são coordenadas pelo CEPAT. Uma é a publicação mensal do boletim *Cepat Informa*. A outra é a Escola de Formação Política que está funcionando no nono ano seguido. Para obter maiores informações sobre o CEPAT escreva para: [cepat@brturbo.com](mailto:cepat@brturbo.com). ou pelo telefone 41 3495343. Os leitores do boletim do *IHU On-Line* conhecem, há muito tempo, o CEPAT pois grande tem sido a colaboração dos colegas e companheiros desta ONG. Esta colaboração agora se estreita e tem todas as possibilidades de gerar outros frutos, tanto para o IHU quanto para o CEPAT.

## Frases da Semana

### Esperança aprisionada

*"Por que, no lugar da esperança de 2002, estamos sentindo uma nuvem de desesperança no ar de 2004? A resposta é porque a esperança conseguiu entrar no Palácio do Planalto, mas foi aprisionada"*

*lá dentro*” – Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação e senador pelo DF, na tribuna do Senado – **O Estado de S. Paulo**, 28-4-04.

## Os sonhos de lado

*“Temos que baixar um pouco a bola”*. - Silvio Pereira, secretário-geral do PT, em entrevista a **O Globo**, 26-4-04, afirmando que o governo gerou muita expectativa e prometeu demais.

*“O PT vendeu sonhos até agora e isso não podemos fazer mais. Temos que mostrar a realidade, o que realizamos”*- Silvio Pereira, secretário-geral do PT, em entrevista a **O Globo**, 26-4-04, afirmando que o governo gerou muita expectativa e prometeu demais.

*“A capacidade do País não permite ainda realizar todos os sonhos que queríamos. Ainda temos uma certa vulnerabilidade internacional. Enquanto ela não diminuir, seremos um país muito dependente. A máquina é muito morosa. O próprio presidente está se dando conta agora disso”*- Silvio Pereira, secretário-geral do PT, em entrevista a **O Globo**, 26-4-04.

*“O primeiro ano é do Orçamento do antecessor. O quarto é o da eleição. Temos apenas dois anos de vida útil do mandato do presidente”*. – Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República – **O Globo**, 30-4-04.

## Salário-mínimo

*“É errado se limitar ao debate do valor do salário. Temos que compreender que, depois de muitos anos, houve um reajuste e um aumento real, embora pequeno”*. – Vicentinho, ex-presidente da CUT – **Correio Braziliense on Line**, 29-4-04.

*“Esse é o aumento que pode ser dado sem ameaçar a meta de superávit e o equilíbrio fiscal”*. - Guido Mantega, ministro do Planejamento – **Correio Braziliense**, 30-4-04

*“Isso não é aumento porque o assalariado não ganhou nada”*. – D. Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB- **Folha de S. Paulo**, 30-4-04.

*“É uma coisa um pouco pecaminosa. A gente não usa muito a palavra pecado. Hoje se usa mais "criminoso". É um pouquinho criminoso”*. – D. Jayme Chemello, bispo de Pelotas e ex-presidente da CNBB – **Folha de S. Paulo**, 30-4-04.

*“Uma decisão responsável do governo”*. - Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – **Folha de S. Paulo**, 30-4-04.

*“Se cabiam R\$ 270 no Orçamento, eu acho que o presidente Lula perdeu a oportunidade de fazer um reajuste no valor máximo e distribuir renda”*. – Luiz Marinho, presidente da CUT – **O Globo**, 30-4-04.

*“A decisão do governo de fazer o reajuste para R\$ 260 me parece um erro gravíssimo. O governo fez o mínimo do mínimo”*. - Luiz Marinho, presidente da CUT – **O Globo**, 30-4-04.

“De Fernando Henrique Cardoso eu não esperava outra coisa. De Lula, eu esperava”. - José Lopez Feijó, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – **O Globo**, 30-4-04.

“Isso é dinheiro de pinga. É uma esmola”. - Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical – **O Globo**, 30-4-04.

“Frustrante”. – Paulo Paim, senador (PT-RS), um histórico defensor do aumento do salário-mínimo – **O Estado de S. Paulo**, 30-4-04.

“O Palocci ganhou mais uma vez. O Malan ganhou todas em oito anos. Estamos há dez anos na mesma política”. – Ivan Valente, deputado federal (PT-SP) – **O Estado de S. Paulo**, 30-4-04.

“É brabo a gente ter de fazer uma coisa dessas”. – Luis Inácio Lula da Silva, sobre a decisão do mínimo – **O Estado de S. Paulo**, 30-4-04.

## Desemprego

“Só em 2003 foram destruídos 1 milhão de postos de trabalho. No Brasil há cerca de 10 milhões de desempregados, o contrário do prometido pelo presidente Lula na sua campanha: 10 milhões de empregos”. – José Pastore, sociólogo especializado em relações de trabalho, professor da USP – **Zero Hora**, 28-4-04.

# EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

## Sala de Leitura

### ETHICIDADES TELEVISIVAS. SENTIDOS IDENTITÁRIOS NA TV

A próxima edição de *Sala de Leitura*, contará com a apresentação do livro *Ethicidadades televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos* (São Leopoldo: Unisinos, 2004), pela autora, Suzana Kilpp. O evento acontecerá amanhã, dia 4 de maio de 2004, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos. Após a apresentação, será aberto espaço para o debate com a autora e para uma sessão de autógrafos. Ao final do evento, serão servidos água e vinho aos participantes.

O livro a ser apresentado pela professora Suzana originou-se de sua tese de doutorado em Ciências da Comunicação na Unisinos. O **IHU On-Line** realizou duas entrevistas com a autora, publicadas nas edições 40, de 28 de outubro de 2002, e 76, de 22 de setembro de 2003. Suzana apresentou, no **IHU Idéias** de 31 de outubro de 2002, o tema **Mundos televisivos e sentidos identitários na TV**, que culminou no sétimo número da publicação **Cadernos IHU Idéias**, à venda na Livraria Cultural, ao lado do IHU. Professora e pesquisadora das Ciências da Comunicação da Unisinos, Suzana Kilpp é mestre em História pela PUCRS e especialista em História da Cultura



*Brasileira, também pela PUCRS. É autora também de, entre outros, Os cacos do teatro: Porto Alegre: Anos 70, 1997; e Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 2000.*

*Reproduzimos o prefácio da obra que será apresentada, escrito pelo Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ, pró-reitor acadêmico da Unisinos e orientador de Suzana Kilpp em sua tese de doutoramento.*

## Uma metodologia original

A Pós-graduação em comunicação social no Brasil possui uma larga tradição, configurando-se como a melhor da América Latina. Graças à atuação da CAPES, os programas desenvolvidos no Brasil são de alto nível, tanto no seu aspecto formativo quanto de pesquisa e produção científica.

De outro lado, a atuação profissional no campo da comunicação também se apresenta como altamente qualificada, principalmente na parte técnica da televisão. No campo da narrativa televisiva, a contribuição brasileira, com o desenvolvimento das telenovelas, é impar no mundo dos espetáculos. O mesmo se deve dizer da produção publicitária, cujos produtos vêm recebendo inúmeros prêmios nos festivais internacionais da área.

Paradoxalmente, tal desenvolvimento não vem acompanhado de uma produção de conhecimento de respeito sobre o campo. Nossa contribuição para a delimitação e estruturação da área de comunicação tem sido precária, para não dizer pífia. Apesar de mais de três décadas de pós-graduação, ainda não logramos estabelecer as bases de uma *escola brasileira de comunicação* que faça discípulos no mundo, principalmente na América Latina. Desse modo, ainda estamos a reboque de conhecimento sobre comunicação produzido externamente. Por isso, somos campo de experimentação para as mais diversas e exóticas teorias, quando não ao sabor das novidades e modas do momento. Isso se torna mais grave quando vemos que, noutros campos do saber, a contribuição brasileira tem sido relevante.

As pesquisas sobre comunicação, tanto no que tange à produção quanto à recepção, são abundantes e resultam em livros que enriquecem a bibliografia na área. Não obstante isso, carecem de uma metodologia específica que se constitua na contribuição brasileira para a análise dos meios. Na maioria das vezes, tais pesquisas são caudatárias de metodologias pensadas e estruturadas tanto fora do país quanto em outras áreas de conhecimento.

Evidentemente, tais precariedades podem ser explicadas (e justificadas) pela incipiência do campo, cujos limites não estão totalmente estabelecidos. Ainda discutimos (com ou sem razão, não importa) sobre se a comunicação, como campo de saber possui a sua especificidade. Forçoso é reconhecer que, como ciência nova, a comunicação ainda se vale de referenciais teóricos de ciências mais solidificadas. Ela possui uma ampla área de tangência com outros campos de saber das ciências sociais aplicadas. Por outro lado, talvez faça parte da natureza intrínseca da comunicação a atuação transdisciplinar e interdisciplinar, tão necessárias no momento presente.

Entretanto, seja qual for a explicação que se dê a essa falta de delimitação do campo, ela não pode ser alibi para que os pesquisadores da área não se debrucem sobre o problema,

procurando equacioná-lo de maneira adequada. Mesmo porque, o trabalho transdisciplinar exige, para ser eficaz, que cada disciplina envolvida conheça e afirme a sua própria identidade disciplinar.

É dentro desse marco de preocupações com o estabelecimento de uma metodologia própria para a análise da comunicação (no caso, a televisão) que se inscreve a obra de Suzana Kilpp. Fruto de sua tese de doutoramento (*Ethicidades Televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos*), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o trabalho em questão debruça-se sobre o fenômeno da televisão propondo uma abordagem diferente, superando os estudos da produção e conteúdo, de um lado, e a análise da recepção, de outro.

Ao propor-se *fazer apontamentos sobre ethicidades relacionadas à TV aberta no Brasil, com base em uma cartografia de molduras e moldurações implicadas nessas ethicidades para chegar, a partir do televisível, ao que é propriamente televisivo* (p. 15), Suzana Kilpp procura avançar numa metodologia capaz de dar conta do fenômeno da televisão no cotidiano brasileiro.

A novidade (e contribuição) de Suzana Kilpp está em *problematizar a ethicidade nos imaginários televisivos, discutir os sentidos éticos e estéticos implicados nas moldurações operadas pela televisão aberta no Brasil, e nas operadas nas pesquisas sobre televisão, inscrever eticamente a televisão na metrópole comunicacional, e, por fim, sugerir à pesquisa em Comunicação a utilização das molduras e das moldurações como categorias de análise* (p. 15).

Para realizar isso, faz um passeio, inédito, autônomo e livre pelos diversos autores que, incorporados à sua reflexão, ajudaram-lhe a configurar uma abordagem do fenômeno televisivo extremamente original.

Ousaria dizer que, dentro de um campo ainda em configuração, o trabalho de Suzana Kilpp tornar-se-á substantivo e, logo, imprescindível.

## Inclusive – Movimento contra a exclusão social

*Na última semana, foi realizado o segundo painel do evento **Inclusive – Movimento contra a exclusão social**. O tema discutido foi Justiça e cidadania nas ruas, a partir da experiência do **Jornal Boca de Rua**, produzido por moradores de rua de Porto Alegre e assessorado pela Agência Livre para Infância, Cidadania e Educação (Alice). Estiveram presentes André Luis Cardoso de Araújo (Alca) e José Nedir Malta Ramires, integrantes do **Jornal Boca de Rua**; a jornalista Rosina Duarte, fundadora e representante da Alice; e a Prof.<sup>a</sup> Marta Regina Cioccarri, professora das Ciências da Comunicação da Unisinos e professora de Antropologia na UFRGS.*

### Ecoss do evento

“Gostei muito. Fui ao evento por motivação pessoal, para ver o André Luis, meu amigo, e porque militei durante um bom tempo no movimento de rua. A fala qualificada de todos os representantes tornou a discussão mais completa, até interdisciplinar. É interessante como o grupo considera a produção de conhecimento dos meninos. Fiquei feliz em ver que, quando se aposta nos sujeitos que a sociedade costuma tachar de marginais, eles dão certo como todo

mundo. Quando a sociedade aposta, oferecendo a eles as mesmas oportunidades dos outros, eles crescem como todo mundo, e não se gera desigualdade, se constrói cidadania. Porque eles têm a mesma capacidade e inteligência que os outros”.

**Prof<sup>ª</sup>. Clair Ziebell, professora das Ciências Humanas da Unisinos.**

“Achei muito válida a iniciativa do evento. Foi a primeira vez que ouvi um morador de rua falando em público. Fiquei chocada com a revolta que eles têm, porém demonstrando consciência da realidade. É importante a coragem da Rosina de levar adiante esse projeto tão audacioso. É algo simples, mas que exige fibra”.

**Débora Ertel, aluna do curso de Jornalismo da Unisinos.**

“Foi uma oportunidade única o poder participar do Painei "Justiça e Cidadania nas ruas", foi original já que se iniciou com o depoimento dos principais protagonistas do jornal Boca de Rua, os jovens que moram na rua. Eles mostraram com muita transparência um trabalho participativo, onde os meninos e as jornalistas trabalham juntos na rua, na praça. Valeu ter um espaço na Universidade para estas iniciativas que questionam”.

**Ana Maria Formoso, Mestranda em Teologia pela PUCRS.**

## IHU Idéias

*Lembrando os 20 anos do movimento das Diretas Já e o mês do 40º ano da ditadura militar, o IHU Idéias da última quinta-feira, dia 29 de abril de 2004, teve à frente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sirlei Teresinha Gedoz, professora de História nas Ciências Humanas da Unisinos, abordando o tema “Idéias de democracia no Brasil, 1965-1987: MDB/PMDB X PT?”. A professora contextualizou o âmbito político no período histórico analisado, falando sobre a criação do Partido dos Trabalhadores e como ele foi visto pelo partido de oposição na época, o MDB/PMDB.*

**Ecoss do evento**

“É muito oportuno o estudo da criação de um partido como o PT, para que possamos compreender a pluralidade da legenda política que dirige hoje o País. O interessante é analisar o discurso da fundação do PT e sua prática na atualidade”.

**Deusa Maria de Sousa, mestranda em História na Unisinos.**

“Adorei a forma tranqüila como a professora Sirlei apresentou o tema. A História é algo envolvente. Através dela, podemos resgatar nossas memórias pessoais”.

**Prof.<sup>a</sup> MS Dulce Maria de Oliveira, professora nas Ciências Humanas da Unisinos.**

*Dia 6 de maio de 2004, o tema do IHU Idéias será A atualidade do pensamento ético de Kant para o séc. XXI. A apresentação ficará a cargo do Prof. Dr. Valério Rohden, professor titular de Filosofia na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Ele é pesquisador do CNPq, presidente da Sociedade Kant Brasileira e ex-professor titular de Filosofia da Universidade Federal do Rio*

*Grande do Sul (UFRGS). Traduziu, de Kant, a Crítica da razão pura (Abril Cultural, 1981), a Crítica da faculdade do juízo (Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1992 / Forense Universitária, RJ, 1993) e a Crítica da razão prática (Martins Fontes, 2002, edição bilíngüe 2003). É livre docente pela UFRGS e pós-doutor pela Wilhelms Universität Münster, na Alemanha. É autor de Interesse da Razão e Liberdade. São Paulo: Ática, 1981. Ele foi entrevistado pelo IHU On-Line para a edição número 93, de 22 de março de 2004.*

#### Confira as próximas edições de IHU Idéias:

**13/05/04** – “O declínio do regime autoritário e a redemocratização do Brasil” – Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – Professor na UFRGS

**20/05/04** – “São Leopoldo: arquitetura moderna e perspectivas de patrimônio” – Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Torres Rossari – Professora na Unisinos.

## Abrindo o Livro

O Prof. Dr. Érico João Hammes, da PUCRS, foi o responsável pela apresentação do livro *Curso fundamental da fé: introdução ao conceito de cristianismo*, de Karl Rahner (São Paulo: Paulinas, 1989), durante a última edição do evento Abrindo o Livro, realizada dia 28 de abril de 2004. A apresentação contribuiu para a preparação do Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI, a ser realizado de 24 a 27 de maio de 2004, na Unisinos, e que celebrará o centenário de nascimento de Karl Rahner.

#### Ecós do evento

“A apresentação foi bem didática e o sistema audiovisual auxiliou a fala acessível do professor, tornado o conteúdo de fácil compreensão. Talvez o tempo tenha sido pouco para abordar todo o assunto necessário, mas o que foi apresentado foi bom. Karl Rahner é interessante, porque ele reflete teologia e filosofia interdisciplinarmente. Como vou participar do Simpósio de Teologia promovido pelo IHU, compareci ao evento para me preparar e ir me inteirando do assunto.

#### Nélio Schneider, tradutor, doutor em Teologia e residente em Porto Alegre.

“O professor atuou com profissionalismo fazendo uma exposição muito rica. A fé é um assunto polêmico e, às vezes, um comentário sobre ela, irrita as pessoas pelas diversas correntes de interpretações existentes. Achei interessante a forma como ele abordou o tema, não do ponto de vista do incentivo à busca da fé, mas sim com uma abordagem acadêmico-científica, de pesquisa. Claro que não pude deixar de avaliar minha visão de fé, no âmbito espiritual. É uma pena que Universidade invista tão pouco na área da Teologia”.

#### Vanerlei de Paula, aluno do curso de Direito da Unisinos, estagiário em Direito Administrativo, e residente em Montenegro.

## Estudando as Religiões II – CEB's

O Instituto Humanitas Unisinos, através do Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (GDIREC), promove a segunda edição do evento **Estudando as Religiões**. Nesta sessão, que tem data marcada para o dia 5 de maio de 2004, das 17h às 18h30min, na sala 1G119 do IHU, a pauta do encontro será as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). A coordenadora do evento é a Profª. MS Adevanir Aparecida Pinheiro e a assessoria é do Prof. Dr. José Ivo Follmann. O objetivo dos encontros é possibilitar a formação conjunta dialogada e participativa de acadêmicos, comunidades e lideranças de diferentes religiões ou opções religiosas atuantes na região metropolitana de Porto Alegre.

O evento da próxima quarta-feira contará com uma palestra do Frei Miguel Debiazzi sobre *A história e aprofundamento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*. Em seguida, haverá troca de idéias com as comunidades e comunidade acadêmica presente. A promoção dirige-se a líderes religiosos, professores e alunos de Ensino Religioso, participantes de comunidades e comunidade acadêmica em geral. Frei Miguel Debiazzi é Frei Capuchinho da Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, de Tramandaí, Rio Grande do Sul. É mestre em Filosofia e Teologia. A primeira edição do evento foi realizada dia 7 de abril de 2004, tendo como tema o Espiritismo Kardecista.

## Encontros de Ética para alunos

Hoje à tarde, das 17h30min às 19h, ocorre mais uma edição do evento gratuito **Encontros de Ética para alunos**. O tema de hoje é *A paixão de Cristo em debate. Experiências e repercussões do filme*, a cargo do Prof. Dr. José Roque Junges, das Ciências da Saúde da Unisinos. O local do evento é a sala 1G119 do IHU.

## IHU REPÓRTER

### Márcia Travi Heurich



*Márcia Travi Heurich é coordenadora do curso de Enfermagem da Unisinos nos últimos dez anos, além de professora, esposa e mãe de família. Entre suas maiores preocupações encontra-se a luta por um ensino diferenciado e humano aos alunos da Enfermagem. A seguir, a trajetória e um pouco da história de vida da professora nas Ciências da Saúde da Universidade.*

**Origem** - Nasci em Porto Alegre, mas vim morar em São Leopoldo com quatro anos de idade. Sou filha única. Meus pais são professores de Educação Física. Minha mãe trabalhou no Colégio São José (SL), durante os meus primeiros quatro anos. Depois deste período ela e meu pai vieram trabalhar na Escola Estadual Professor Pedro Schneider, quando então nos mudamos para São Leopoldo, cidade onde construímos nossa vida. Depois de um tempo, eles vieram trabalhar na Unisinos e ajudaram a construir o curso de Educação Física. Hoje os dois estão aposentados.

**Formação** – Estudei na Colégio São José, de São Leopoldo, um colégio de irmãs franciscanas, desde a pré-escola até a primeira série do ginásio. A partir daí fui para a Escola Estadual Professor Pedro Schneider, onde concluí minha formação escolar. Apesar da imaturidade na época da escolha da profissão, não tive dúvidas ao optar pela Enfermagem. Eu ia aos hospitais e ficava encantada, espiando para dentro dos quartos e observando o trabalho junto aos pacientes. Fiz vestibular para o curso de Enfermagem da Unisinos no qual ingressei. Nesta época as aulas eram ministradas em Porto Alegre, pelas professoras, muitas delas irmãs, que lecionavam na Faculdade de Enfermagem desde a Escola Madre Ana Moeller<sup>23</sup>. Nós tínhamos aulas teórico-práticas no porão da Santa Casa e realizávamos as atividades práticas de campo nas enfermarias do hospital. A minha formação teve grande influência das irmãs franciscanas. Nos meus primeiros anos de vida, eu vinha junto com a minha mãe para o Colégio São José, e enquanto ela lecionava, eu ficava sob os cuidados das irmãs que me tratavam com todo os mimos e regalias possíveis. Continuei no Colégio São José, como aluna, até a minha adolescência. Quando ingressei na Faculdade de Enfermagem da Unisinos, voltei a conviver com as irmãs franciscanas que eram professoras na Escola. Esta convivência, entre outras coisas, fortaleceu a valorização do relacionamento humano, princípios de disciplina e organização. Ainda hoje aproveito muito disso na formação dos nossos alunos. Concluí a graduação em 1980. Em 1986 e em 1988, fiz dois cursos de especialização aqui na Unisinos: um em Enfermagem Médico-Cirúrgica e outro em Saúde Comunitária. Em 2000 concluí o Mestrado em Administração de Empresas pela PUC do Rio de Janeiro.

**Profissão** - Meu primeiro emprego foi depois da formatura, na Escola de Auxiliares de Enfermagem da Cruz Vermelha, em São Leopoldo. Eu dava aulas teóricas e acompanhava os alunos nos estágios nos hospitais. Em 1986 fui convidada para dar aulas na Unisinos, como supervisora de estágio em hospitais de Porto Alegre. Neste período, iniciei atividades no Serviço de Extensão da Universidade, na Antiga Sede. Revitalizamos o serviço de Enfermagem, iniciamos o trabalho com os diabéticos e criamos uma estrutura de atendimento que hoje está vinculado ao Programa Interdisciplinar de Promoção e Atenção à Saúde (PIPAS), muito mais fortalecido com o trabalho de colegas de outras áreas. Em 1994, abri mão deste trabalho e passei a coordenar o Curso de Enfermagem, o que venho fazendo desde então. Neste meio tempo mantive as atividades como professora em sala de aula e em campo de estágio, o que considero fundamental para meu trabalho na coordenação, pela proximidade necessária com os alunos e a vivência da realidade como professora.

**Enfermagem** - A enfermagem é uma profissão que exige um envolvimento diferenciado com as pessoas. Tem como princípio a valorização do ser humano. O nosso foco é cuidar das pessoas, seja na saúde ou na doença.

---

<sup>23</sup> A Escola de Enfermagem e Obstetrícia – Faculdade Madre Ana Moeller deu origem ao curso de Enfermagem da Unisinos. Ela teve início em 1955, com professoras de Enfermagem vindas de São Paulo. Na época, a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis enviou 5 religiosas para a Escola Paulista de Enfermagem – USP, com a finalidade de realizarem o curso de Enfermagem, em nível de terceiro grau. Ao retornarem à Escola Madre Ana Moeller, estas religiosas deram continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por enfermeiras paulistas, junto ao Hospital Santa Casa da Misericórdia, de Porto Alegre. Em decorrência das reformas da estrutura universitária brasileira, estabelecidas pela lei 5540/68, a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, Mantenedora da Faculdade Madre Ana Moeller, propôs à Sociedade Antônio Vieira, Mantenedora da Unisinos, a incorporação da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia à Unisinos, o que aconteceu em 1972 (Nota do *IHU On-Line*).

**Família** - Casei com o Carlos Edgar há 26 anos, quando estava no segundo semestre da faculdade, aos 19 anos. Nosso namoro começou num carnaval. Temos dois filhos, o Cássio, que hoje está com 23 anos e estuda Publicidade e Propaganda na Unisinos, e o Gustavo, 19 anos, estudante de Arquitetura também nesta Universidade. Valorizo muito o convívio familiar, o relacionamento com os meus filhos e com os amigos. A minha casa está sempre cheia de gente. A namorada do meu filho mais velho, os amigos deles, os nossos amigos, os avós, a turma da banda do Gustavo, enfim o nosso cotidiano é bastante movimentado.

**Autor** – Fritjof Capra.

**Livro – O Ponto de Mutação**, do Capra. Este livro, na época, fez-me refletir muito sobre uma nova proposta para a área da saúde. Ainda hoje ele está presente nas discussões com os alunos.

**Um Presente** – Flores e fotografias, que marcam momentos importantes com a família, os amigos e os alunos.

**Nas horas livres** – Assistir filmes e reunir pessoas para conversar, fazer um jantar.

**Um sonho** - Que os meus filhos alcancem a realização profissional.

**Momento marcante** – O nascimento dos meus filhos.

**Unisinos** – Vejo a Unisinos como uma potência, que, neste momento, está buscando um reposicionamento. Ela me passa credibilidade. É um ótimo lugar para se trabalhar.

**IHU** – É o lastro de toda a filosofia desta Instituição Jesuíta. É a base que a gente não pode esquecer para formar um aluno nesta casa. É fundamental que esta base interaja com os cursos, para que a gente consiga manter este diferencial.

## Sala de Leitura

“No momento, estou iniciando a leitura do terceiro volume de **O Método**, de Edgar Morin (**O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999. 288p.) em que ele segue apresentando as bases de sua proposta de uma epistemologia da complexidade. Neste volume, o autor aprofunda a discussão sobre a noção de conhecimento, dando continuidade à apresentação de conceitos e processos apropriados e reelaborados a partir de campos diversos do saber e à construção de um novo modo de pensar a vida. Creio que mais do que apontar um norte, trata-se de uma profunda reflexão filosófica. Não é uma obra de leitura fácil, mas, sem dúvida, nos auxilia a pensar sobre as possibilidades e caminhos da ciência e sobre o nosso próprio fazer como professores e pesquisadores - nosso papel e nossos compromissos”.

**Profª. Dr.ª Élide Azevedo Hennigton, graduada em Medicina, mestre e doutora em Saúde Coletiva e professora nas Ciências da Saúde da Unisinos.**

“Como sou horista na Unisinos e, para preparação de aulas e correções, o tempo é curto, ficam um pouco sacrificadas as boas leituras. Na área espiritual, gosto de ler, a conta-gotas, os Evangelhos, especialmente em latim e em alemão, que são línguas muito vigorosas e emprestam uma força especial à Palavra e ajudam a preservar a chama da fé, tantas vezes bruxuleante. Estou também fazendo uma releitura vagarosa de *King Lear*, peça sempre cheia de surpresas e sempre moderna, pois enfatiza o drama do isolamento do homem, da intolerância, do egoísmo e da violência(que novidade?). Quanto às leituras bem saborosas, estou lendo, principalmente no Trensurb (o que dá umas cinco horas por semana), um livro excelente, escrito por Antonia Fraser, *The Wives of Henry VIII* (New York: Alfred A. Knopf, 1993. 479 p.). A autora é uma erudita inglesa que pesquisa anos e anos antes de publicar um livro. Quem lê esta obra vê Henrique VIII, que reinou de 1509 a 1547, sob um prisma muito diferente daquele clichê de cruel Barba-Azul que mandava matar as esposas de quem não gostava, o que é um simplismo de quem não conhece bem a história, sobretudo a história da Reforma. Parece-me que já existe uma tradução para o vernáculo. Vale a pena ler. Na literatura brasileira, quanto mais velho eu fico, mais eu volto para Machado de Assis. Em relação a livros chatos de ler, faz muito tempo que não os leio, pois acabei o mestrado há 35 anos e o doutorado há quase 30”.

**Prof. Dr. Elvio Funck, doutor em Humanidades professor nas Ciências da Comunicação da Unisinos.**

“Estou relendo o livro *Confiança*, de Francis Fukuyama (Editora Rocco, 1996). Confiança é um tema destacado para quem se ocupa dos problemas das organizações e de seu potencial para competitividade. Como diz o próprio Fukuyama "não é um livro de cozinha", ou seja, do gênero que oferece receitas para o que fazer na manhã de segunda-feira para competir melhor. O núcleo da argumentação é a importância da coexistência das instituições da democracia e do capitalismo com hábitos culturais, obrigações sociais, deveres com relação à comunidade, confiança nas instituições e relacionamentos. Sem tornar seu texto hermético, Fukuyama analisa os casos da China, França, Itália, Coréia do Sul e Estados Unidos, para criticamente compreender como as estruturas sociais e formações culturais favorecem ou não a democracia e as transações econômicas nestas sociedades”.

**Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Yeda Swirski de Souza, professora no Mestrado em Administração da Unisinos**

## Cartas do leitor

Amigos,  
Uma observação sobre o último número do *IHU On Line* A Folha de S. Paulo publicou no domingo passado, no caderno Mais, uma série de entrevistas Fictícias. Portanto, as declarações atribuídas ao escritor D. Trevisan não são dele<sup>24</sup>.

**Fernando Althoff**

<sup>24</sup> O professor está-se referindo às frases publicadas na edição 98 de IHU On-Line, do dia 26 de abril de 2004, na seção frases da semana, sob o título Dalton Trevisan – O Vampiro .



---

**Coordenador do PPG de Geologia da Unisinos****EXPEDIENTE:**

*IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuinfo@poa.unisinos.br](mailto:ihuinfo@poa.unisinos.br). Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: [humanitas@poa.unisinos.br](mailto:humanitas@poa.unisinos.br). Ramais: 1173 e 1195.*

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS